

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

FÁTIMA PEREIRA MARINHO

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO: UM COMPARATIVO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE**

JOÃO PESSOA- PB  
SETEMBRO/2019

FÁTIMA PEREIRA MARINHO

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO: UM COMPARATIVO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Pedagogia da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito parcial ao grau de Pedagoga.

Orientadora: Dra. Munique Massaro

JOÃO PESSOA - PB  
SETEMBRO/2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M338p Marinho, Fatima Pereira.

A prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado: um comparativo entre o ideal e a realidade / Fatima Pereira Marinho. - João Pessoa, 2019.

75 f.

Orientação: Munique Massaro.

Monografia (Graduação) - UFPB/Centro de Educa.

1. Educação Especial. Atendimento Especializado. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/BC

FÁTIMA PEREIRA MARINHO

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO: UM COMPARATIVO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso da aluna **Fátima Pereira Marinho** apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagoga.

Aprovada em 27 de setembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

*Munique Massaro*

---

**Dra. Munique Massaro**  
**Universidade Federal da Paraíba**  
**Orientadora**

*Adenize Queiroz de Farias*

---

**Dra. Adenize Queiroz de Farias**  
**Universidade Federal da Paraíba**  
**Examinadora**

*Izaura Maria de Andrade da Silva*

---

**Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva**  
**Universidade Federal da Paraíba**  
**Examinadora**

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, em especial meu marido Rafael,  
minha filha Cecília, minha mãe Francisca e ao meu pai, Josenildo.

Spirit lead me where my trust is without borders  
Let me walk upon the waters  
Wherever You would call me  
Take me deeper than my feet could ever wander  
And my faith will be made stronger  
In the presence of my Savior. (HOUSTON, Joel)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda minha família por ser minha base, por ser minha fonte de inspiração que me impulsiona em busca dos meus objetivos.

Agradeço em especial a minha mãe, Francisca, e ao meu pai, Josenildo, por terem me trazido ao mundo.

Agradeço aos meus avós, *in memoriam*, Rita e Manoel, por todo cuidado, amor e carinho.

Agradeço ao meu Esposo por está sempre ao meu lado, por ser parceiro e tornar seus os meus sonhos.

Agradeço a minha pequena filha Cecília que me impulsiona sempre a querer o melhor, sendo a representação do amor de Deus por mim.

Agradeço a minha orientadora, Munique, por acreditar na minha pesquisa e ser fundamental para construção da mesma.

Agradeço a minhas amigas, Suênia, Thayane e Giordana, por sempre me apoiar, compartilhar e dividir experiências e tornarem a caminhada mais leve.

Agradeço aos meus amigos da universidade por me acompanharem nessa trajetória.

Agradeço a todos os meus professores da graduação por compartilharam seus conhecimentos e assim me qualificarem para a conclusão do curso.

## RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que faz parte do contexto atual das escolas. Constitui-se um aporte para atender às necessidades educacionais das crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, os quais enfrentam barreiras impeditivas para o seu pleno desenvolvimento. Em vista disto, surge a necessidade de compreender um pouco da realidade norteadora dessa modalidade, que constitui a Educação Especial, e saber qual seria o ideal para esse campo. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é comparar a percepção do professor do Atendimento Educacional Especializado acerca da sua prática pedagógica e de uma prática pedagógica idealizada. A pesquisa teve como participante uma professora do Atendimento Educacional Especializado de uma Escola Estadual do Município de João Pessoa. Como instrumentos de coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada e observação simples. A análise dos dados indicou que a realidade da prática da professora do AEE contribui para o processo de inclusão das pessoas público-alvo da Educação Especial na escola em que essa está inserida. Da mesma maneira, é constituída sua percepção quando se trata do ideal sobre o atendimento, pois se baseia em sua realidade para informar sua concepção quanto a isto.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Professor.



## **ABSTRACT**

Specialized Educational Service is a service that is part of the current context of schools. It is a contribution to fulfill the educational needs of children, youngsters and adults with disabilities, mental disorders and high skills or giftedness, which face obstacles to their full development. As a result, arises the need to understand a little of the guiding reality of this modality, which constitutes Special Education, and to know what would be the ideal for this field. In this regard, the goal of this research is to analyze the teacher perception's of the Specialized Educational Service about its pedagogical practice and a ideal pedagogical practice. The research had as participant a teacher of the Specialized Educational Service of a state school in the city of João Pessoa. As data collection instruments, was used a semi-structured interview script and simple observation. The analysis of the data indicated that the teacher practice's reality of the SES contributes to the process of inclusion of Special Education target group's in the school in which it is in. Likewise, her perception is formed when referred to the ideal about the service, because it is based on your reality to inform her conception of it.

**Keywords:** Special Education. Specialized Educational Service. Teacher.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EE - EDUCAÇÃO ESPECIAL

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

SRM - SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

NEE - NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
2.1.1 <i>Percusso Histórico da Educação Especial .....</i>	<i>14</i>
2.1.2 <i>A chegada dos alunos com deficiência no ensino regular.....</i>	<i>18</i>
2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	22
2.2.1 <i>Organização do Atendimento Educacional Especializado.....</i>	<i>22</i>
2.2.2 <i>O Atendimento Educacional Especializado e o Projeto Político Pedagógico .....</i>	<i>26</i>
2.2.3 <i>O professor do Atendimento Educacional Especializado .....</i>	<i>29</i>
2.3 AS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA SALA DO AEE .....	32
2.3.1 <i>O desenvolvimento de estratégias na Sala do Atendimento Educacional Especializado .....</i>	<i>32</i>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>38</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	38
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	38
<b>4 MATERIAL E MÉTODO.....</b>	<b>39</b>
4.1 QUANTO AO TIPO DE PESQUISA E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO ...	39
4.2 LOCAL DE PESQUISA .....	40
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	40
4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>43</b>
5.1 A REALIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ..	43
5.1.1 <i>Sobre o Planejamento do AEE.....</i>	<i>43</i>
5.1.2 <i>Sobre o ensino e sua metodologia .....</i>	<i>47</i>

5.1.3 Sobre os alunos da SRM.....	52
5.2 A IDEALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	54
5.2.1 Sobre a Idealização.....	54
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo as pessoas com deficiência estiveram à margem da sociedade. Da mesma forma estiveram também os seus direitos. E esse ponto pode ser acompanhado a partir do aparecimento das leis, que repercute o rumo da história, assim como o desenvolvimento das sociedades e a vida dos seus sujeitos.

Esse exemplo pode ser dado com a criação tardia de leis pertencentes às pessoas com deficiência. Ou quando aparente, está de forma singular ou reduzida, deixando aberta a interpretação das pessoas perante tais direitos.

Assim sendo, esses avanços e crescimentos a respeito desses indivíduos nos levam para o que existente hoje, mostrando como nos direcionarmos perante esses e o quão sujeitos de direitos são, tendo em vista o que por muito tempo foi negado a eles.

Nesse mesmo percurso surge a Educação Especial (EE), com as contribuições de pesquisas relacionadas ao público desta modalidade de ensino, como também um compêndio de conhecimentos para lhes serem direcionados. Tudo para maximizar o desenvolvimento dessas pessoas, estando nesse cenário o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

E é a partir do Atendimento Educacional Especializado que está o foco e surgimento do interesse pelo tema da pesquisa intitulada: “A prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado: um comparativo entre a realidade e o ideal”, com objetivo de comparar a percepção do professor do Atendimento Educacional Especializado acerca da sua prática pedagógica e de uma prática pedagógica idealizada.

Dessa forma, sendo possível compreender que estudos como esses não proporcionam apenas ao meio acadêmico saber qual é a realidade e perspectivas diante deste, que os professores estão passíveis e almejam diante do atendimento nas salas de AEE, mas também proporcionar o conhecimento de como se posicionar diante de tais desafios, acontecimentos que fazem parte desse cenário e também contribuir com ensinamentos que levem as perspectivas que estejam ligadas dos professores.

Com isso os conhecimentos alcançados na pesquisa vão ao encontro direto d

a comunidade, visto que a formação docente e professores estarão assistidos do que acontece nas salas de AEE no que tange a educação e a atuação do professor, concomitante no desenvolvimento educacional do aluno, segundo os novos conhecimentos adquiridos pelos professores.

Diante disso, o trabalho está dividido segundo introdução, com destaque para contextualização do tema, assim como a apresentação do seu objetivo.

O Capítulo II, com o Referencial Teórico, distribuídos com os subtópicos que tem por título "Princípios da Educação Inclusiva", trazendo referências acerca de como foi introduzida a Educação Especial, a partir de um breve histórico; O "Atendimento Educacional Especializado", discorrendo sobre a organização do Atendimento Educacional Especializado - AEE, como também a relação deste com Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola e o professor do AEE; e por fim, o desenvolvimento de Estratégias na Sala de Recursos Multifuncionais - SMR.

O Capítulo III apresenta os objetivos traçados para pesquisa.

O Capítulo IV aborda os materiais e métodos que foram considerados para que pudesse se efetivar o trabalho, trazendo os participantes, instrumentos de coleta, local da pesquisa, assim como os termos éticos, os quais resguardam a pesquisa e a participante e análise dos dados.

O Capítulo V foi direcionado aos resultados e discussões, trazendo contribuições do que foi encontrado a partir das análises dos dados, com o relato da professora participante da pesquisa, acerca da realidade da sua prática pedagógica e a idealizada.

Por fim, são destacadas as Considerações Finais, sobre o estudo desenvolvido.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

#### *2.1.1 Percurso Histórico da Educação Especial*

Para falar sobre o histórico da Educação Especial (EE), é importante antes saber como está a atual definição da pessoa com deficiência. Portanto, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.8).

Essa definição é necessária, pois representa modificações que trazem no seu interior ações do tempo, acerca das pessoas com deficiência. A forma como se define esses sujeitos demonstram muito sobre como mundo e, conseqüentemente, a sociedade os veem. As importâncias ao ambiente no entendimento das pessoas com deficiência influenciam diretamente nas visões que lhes são criadas, pois dependendo desse lugar a deficiência ela poderá ser aumentada ou aliviada. Dessa mesma maneira está a EE, com seus momentos históricos, apontando como as pessoas com deficiência eram vistas até a contemporaneidade.

O primeiro momento é chamado de fase da Exclusão, na qual o comportamento sobre o atendimento a essas pessoas, segundo Miranda, citado por Anjos e Silva (2012, p.3) era repleta omissão. Shimazaki (2018, p.1) corroborou da mesma ideia de Anjos e Silva quando citou que "A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização [...]". Era negado o convívio social a essas pessoas, relegados apenas ao convívio familiar ou espaços específicos que tratassem sua deficiência. Diniz e colaboradores (2009, p.70) contribuíram sobre isso, afirmando que:

O drama privado e familiar da experiência de estar em um corpo com impedimentos provocava os limites do significado do cuidado na vida doméstica, muitas vezes condenando as pessoas com maior dependência ao abandono e ao enclausuramento.

O enclausuramento e a privação eram as únicas práticas que restaram para pessoas com deficiência na época, repercutindo e deixando marcas de atitudes como essas até os dias atuais.

A igreja teve sua parcela de contribuição sobre tal comportamento à sociedade, pois também estabeleceu uma compreensão de deficiência, que demonstrava uma contradição sobre aquilo que defende. A igreja na Idade Média era contra o infanticídio, porém ao mesmo tempo acreditava que aquele que estivesse fora da normalidade, era fruto de causas sobrenaturais (SHIMAZAKI, 2012). Os “diferentes”, assim como no período da Inquisição, poderiam ser executados na forca ou queimados vivos (NETO et al., 2018, p.4).

Depois da Idade Média, surge o Renascimento trazendo um novo olhar acerca da concepção de deficiência, onde olhar de omissão é descartado. É no Renascimento que as pessoas com deficiência passam a ser consideradas a partir de uma noção patológica da deficiência (NETO et al., 2018). Segundo o Modelo Biomédico da deficiência, esta se configura como:

uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie. (DINIZ et al., 2009, p.67).

A deficiência era entendida como uma doença que necessitava ser curada para que o sujeito pudesse se encaixar nos padrões criados pela sociedade, onde havia a concepção da pessoa mediante o seu diagnóstico e não em relação a própria pessoa. Santos e colaboradores (2014, p.42) deixou isso bem claro em suas palavras quando discutiu que a situação das pessoas com deficiência é composta de delineamentos distintos, passando do abandono à própria sorte, da segregação ao direcionamento para instituições especializadas, como o exílio nas classes especiais.

Foi a partir de então que houve e começou a segunda fase da Educação Especial, chamada de Segregação - Institucionalização. Nessa, houve a consideração das pessoas com deficiência, apenas com cunho assistencialista. Para Tonini e Costas (2011, p.1), "através da iniciativa dos pais foram sendo criadas,



gradualmente, instituições e escolas para o atendimento escolar das pessoas deficientes (escolarização especial para os deficientes)."

Segundo Batalha, (2009, p.1067) "O paradigma da Institucionalização fundamentava-se na ideia de que a pessoa deficiente estaria melhor protegida e cuidada em ambiente segregado e por conseguinte a sociedade estaria protegida dela." O que permite compreender permanente separação ainda existente na relação entre as pessoas, pois busca deixar estas as margens da sociedade, para que estejam fora do convívio social, longe do que é tido por normal. Visto que, se eram tidas como doentes e incapazes precisavam estar no interior de instituições especializadas capazes de lidar com tais necessidades educacionais.

As pessoas com deficiência eram escanteadas e excluídas, sendo submetidas a testes de QI, para que pudessem adentrar nas instituições. (SANTOS et al., 2014, p.43). Ferreira (2009, p. 86), citando alguns autores como Tonlinson, 1982; Unesco, 1993; Ainscow, 1994 e Brasil, 2005, afirmou que:

A Educação Especial foi construída com base nos pressupostos do modelo médico-psicológico e se desenvolveu ao longo de 200 anos, assumindo como centro do seu desenvolvimento teórico-prático e metodológico a condição patológica da deficiência, isto é, o 'problema dentro da pessoa' com deficiência.

Como os acontecimentos históricos estão atrelados, apenas separados a nível de explicação, para um melhor entendimento de seus acontecimentos a nível temporal, a fase anterior contribuiu para os acontecimentos futuros, ocorridos na terceira fase, que é denominada de fase de Integração.

A fase de Integração, na visão de Dechichi e colaboradores (2009), mencionado por Anjos e Silva (2012, p.5), tratava-se de um movimento integracionista dos indivíduos com deficiência cuja meta era integrá-los em ambiente escolares junto aos demais alunos. A pessoa com deficiência passa a frequentar a escola. Neto e outros pesquisadores (2018, p.85) argumentaram que:

[...] apesar desta integração ter sido considerada um grande avanço para igualdade de direitos, houve poucos benefícios para promover de fato o seu desenvolvimento. A Deficiência era considerada um problema de quem a possuía, assim, esta deveria tornar-se apta à integração ao meio social. Não cabia à escola se adaptar às necessidades dos alunos, mas às Pessoas com Deficiência adaptar-se à escola (inclusive em termos econômicos).

A visão da diversidade ainda não era algo cotidiano no ambiente escolar, pois a visão de incapacidade permanecia mesmo com todo aparato legislativo, que passou a vigorar com esse novo momento que configurou a Educação Especial. Não houve uma mudança de comportamento sobre o que as pessoas compreendiam sobre a deficiência, a visão ainda era a mesma.

O marco legítimo dessa fase veio em 1988, quando trouxe, de fato, tópicos exclusivos para as pessoas com deficiência, como mencionou os autores supracitados, Dicher e Trevisan (2018, p.18):

Mas o marco verdadeiro somente veio a ser estabelecido com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Seguindo a evolução mundial que se iniciava a respeito da proteção das pessoas com deficiência, assegurando em diversos dispositivos essa proteção específica (artigo 5º, caput; artigo 7º, inciso XXXI; artigo 37, inciso VIII; artigo 203, IV e V; artigo 208, III; artigo 227, inciso II do parágrafo I e parágrafo II). (DICHER; TREVISAN, 2018, p.18).

As contribuições dessa fase de Integração forjaram o que se tem na última fase que compõe a trajetória da Educação Especial, que é a fase da Inclusão.

A fase da Inclusão é considerada a quarta fase dessa linha que forma os princípios da Educação Especial. Tonini e Costas (2011, p.1) discutiram que é nessa fase que as pessoas com deficiência passaram a serem incluídas no sistema regular de ensino, de modo que possam ser acolhidas perante as diferentes características e habilidades que as compõem.

A inclusão leva as pessoas com deficiência conviverem na sala regular com as outras pessoas, permitindo um grande passo que é o convívio social com os demais. Shimazaki (2012, p. 6) afirmou que "a inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais". Vale ressaltar que isso foi possível com o marco, em 1990, da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Assim, Glat e Fernandes (2005, p.39) citados por Anjos e Silva (2012, p.6) afirmaram que "[...] a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo e segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos."

É compreendido um novo conceito a partir da pessoa com deficiência, no sentido de reconhecer que essa é parte integrante da sociedade, com igualdade de direitos, com leis que representam essa posição e que como tal devem ser respeitadas.

### *2.1.2 A chegada dos alunos com deficiência no ensino regular*

O tópico anterior traz consigo a trajetória que percorreu a Educação Especial para chegar ao que se entende hoje a respeito das pessoas com deficiência. Isso porque nos mostra as principais fases que a compõe, sendo elas: a fase da Exclusão, da Segregação - Institucionalização, Integração e, por fim, a da Inclusão, na qual assegura o direito a todos à educação.

Na fase da Integração foi mostrado que as pessoas com deficiência passaram a integrar a escola, porém cabendo a estas pessoas se adaptarem ao contexto da mesma. "Neste momento histórico fica definido o direito ao acesso à escola, mas não ao processo de aprendizagem." (ALVES; DUARTE, 2011, p.210). Esse só veio com o movimento de Inclusão, na década de 2000.

Passado o advento da fase da Integração, a fase de Inclusão veio como formador da expansão do conceito de deficiência, garantindo o direito dessas pessoas nas salas regulares, denunciando as necessidades de adaptações por parte das escolas e todas as vertentes que as compõem, tirando o dever de adaptação do aluno e transferindo-a para esta.

Tal afirmação pode ser vista a partir de uma gama legislativa aprovada em favor das pessoas com deficiência durante um período de apenas uma década, repercutindo na chegada do aluno na escola. Exemplos importantes desse período, que vale destacar, são, por exemplo, a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996), além da Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999).

A Declaração Mundial é derivada da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Romero e Noma (2007, p.4) apontaram que:

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a condição do acesso educacional é apresentada como sendo imperiosa

necessidade de universalizar a escolaridade básica dos indivíduos, independentemente das suas condições de raça, idade, gênero, situação social, crença ou religião. Há um rigor nas prescrições aos grupos considerados minoritários, enfatizando-se que eles "[...] não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais" (UNESCO, 1990, p. 5).

Nesse sentido, a Declaração contribuiu para o acesso à educação, independente de várias vertentes que competem a vida do ser humano, que são, por exemplo, situações econômicas, sociais, étnicas, etc., legitimando o seu lema de que "toda pessoa tem direito à educação" (BRASIL, 1990, p.1). Assim, a Declaração visou satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos indivíduos. Com isso, "chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola." (BRASIL, 1990, p.3).

Já em relação a Declaração de Salamanca, esta, segundo Laplane (2004, p.14), "explicita que a escola deve oferecer os serviços adequados para atender à diversidade da população." Para Alves e Duarte (2011, p.210), a Declaração vem como:

um conjunto de diretrizes para a implantação e o direcionamento das práticas inclusivistas no âmbito educacional. É importante notar que o processo de inclusão, nesse documento, é defendido para todas as crianças, independente de suas condições físicas, suas origens ou problemas de aprendizagem. Para tanto, a proposta pedagógica da escola deve dar condições para o aprendizado de qualidade para todos.

Dessa maneira, a Declaração de Salamanca traz um novo modelo para entender as pessoas com deficiência, quebrando a visão nas quais estas teriam que se adaptar à escola, sugerindo, agora, que isso aconteça de forma inversa. A criança passou a ser o centro da aprendizagem e a diversidade entendida como parte da escola. Isso porque, como retrataram Alves e Duarte (2011), as necessidades a serem atendidas devem ser de todas as pessoas, e não apenas das pessoas com deficiência.

Há com a Declaração de Salamanca a compreensão de que as diferenças existentes nos seres humanos é algo normal e que é preciso uma adaptação para atender tais necessidades, ao invés de tais adaptações ocorrerem por parte da

criança no tocante ao seu ritmo e processo de aquisição do conhecimento (ALVES; DUARTE; 2011).

Com relação à LDB, esta foi homologada no ano de 1996, na qual "disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias, devendo estar vinculada ao mundo do trabalho e a prática social." (ALVES; DUARTE; 2011, p.211) Além disso, ela trouxe novamente a reafirmação do direito tanto à gratuidade, quanto à educação pública (ALENCAR et al., 2016).

Foi a partir deste documento que "a educação brasileira passou a abarcar todos os níveis de ensino, os quais foram redefinidos como ensino básico (ensino infantil, fundamental e médio) e ensino superior, além da educação de jovens e adultos e a educação especial." (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO; 2015, p.44). Na LDB, também há um capítulo especial direcionado as pessoas com deficiência, o Capítulo V, "Da Educação Especial" onde se destaca o Artigo 58º que diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013).

O que demonstra um grande avanço e a leitura da sociedade da necessidade de fazer um movimento educativo em prol da inclusão das pessoas com deficiência.

Por fim, está a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência regulamentada no ano de 1999. A política "define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular."

As contribuições por parte das Declarações, da LDB, assim como da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência fizeram com que as pessoas com deficiência passassem a frequentar a escola. Conforme Alves e Duarte (2011, p.208),

De acordo com o Censo Escolar/MEC/INEP de 2006, houve um grande crescimento do número de alunos matriculados na educação especial entre os anos de 1998 e 2006. O total de matrículas de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular passou de 43.923 alunos, no ano 1998, para 325.316 em 2006 (crescimento de 640%).

Houve um aumento significativo no número de matrículas no que compete o atendimento as necessidades educacionais direcionadas a esse público, demonstrando a eficácia nas legislações. Com isso, muitas pessoas conseguem sair do isolamento social e passam a frequentar uma das instituições que desempenham grande influência no desenvolvimento do indivíduo, a escola.

Após todas essas décadas, no ano de 2008, é aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, que surge com o objetivo de proporcionar aos estudantes, público-alvo da EE, acesso, participação, assim como a permanência no ensino regular, direcionando instituições de ensino, no sentido de promoção de resposta ao que este aluno necessita. (BRASIL, 2008)

Por conta disso, como é possível notar, grandes foram os avanços com a chegada dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, porém com tais conquistas e avanços, foram provocados comportamentos inesperados diante do contexto retratado na escola. Houve uma série de mudanças na realidade escolar, que por um lado representa uma conquista de direitos por parte dessas pessoas, como também uma série de desafios enfrentados pelo despreparo do meio educacional. Isso por que a chegada da pessoa com deficiência na escola é recente e provoca muitos desafios a escola.

A possibilidade da inclusão escolar de crianças com deficiência ainda traz incertezas sobre a forma como ela acontecerá. Apesar de muitas escolas se mostrarem receptivas à chegada dessas crianças, os pais e até mesmo os educadores ainda percebem que há o despreparo ou a falta de formação para recebê-las, gerando inseguranças. (ARAÚJO; LIMA; 2011, p.282).

Essa nova configuração trouxe implicações para o contexto escolar, onde há dificuldade no concretizar o sentido real da inclusão, na qual essa muitas vezes não pode ser dada por coisas tão simples, como as barreiras arquitetônicas encontradas nas escolas. Indo ao encontro de falhas nas assertivas que condiz com os conceitos de que todos possuímos direitos iguais no que compete a educação e que se necessário suplementação, esta será efetivada. Assim o despreparo dos educadores, como já falado, as barreiras atitudinais e arquitetônicas somam para muitas vezes uma inclusão que muitas vezes acontece apenas de cunho social, pois o aluno passou a frequentar a escola.

Por isso, utilizando das palavras de Oliveira (2018), a chegada, como também a presença dos alunos com deficiência na escola, envolve refazer conceitos e práticas, assim como a identificação do diferente como um fator didático a fim de estimular a educação ao desenvolvimento dos docentes sem diferença entre um e outro.

## 2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

### 2.2.1 *Organização do Atendimento Educacional Especializado*

Como foi mostrado no capítulo anterior, as pessoas com deficiência passaram a frequentar a escola de ensino regular e essa chegada trouxe uma série de mudanças, que representaram o grande avanço de direitos perante essas pessoas, como também, desafios que provocam na realidade escolar questionamentos acerca da inclusão neste contexto, como por exemplo, se existe verdadeira inclusão.

Em meio a isso, serviços foram criados a fim de atender as respectivas necessidades das pessoas com deficiência, e um deles foi o Atendimento Educacional Especializado. Destaque para qual se destinará o foco do presente tópico desta pesquisa. Será mencionado aqui um pouco a respeito do que é o AEE, sua função, objetivos, dever, público-alvo, etc.

O Atendimento Educacional Especializado está respaldado na legislação brasileira, assim se constituindo em vários documentos. Este apresenta-se nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no Decreto 6.517/08 que foi substituído pelo 7.611/11, além das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica “ampliam o caráter da educação especial para realizar o Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização” (BRASIL, 2008, p.8). Neste sentido, “[...] participar do processo educativo juntamente com os demais alunos - contando com os serviços e recursos especiais necessários - é um direito dos alunos com necessidades educacionais especiais.” (BRASIL, 2001, p.6). Ou seja, a pessoa com deficiência tem o direito a uma educação equitativa, visando



assim a necessidade de um atendimento educacional especializado, como é contemplado nas Diretrizes.

Dessa forma, Atendimento Educacional Especializado, segundo o Decreto nº 7.611/11, se constitui como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e continuamente”, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2011, p.1). Esse conceito corrobora com o que dispõe também as Diretrizes Operacionais da Educação Especial, na qual ressalta que este tem “função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.1) Assim, o AEE auxilia no processo educativo, a fim de contribuir na legitimação de uma educação de qualidade para todos.

Foi a partir do Atendimento Educacional Especializado que as pessoas com deficiência passaram a ter direito ao atendimento de suas necessidades educacionais e o devido entendimento da relação que deve existir entre o ensino regular e o AEE, isso a partir do momento que é afirmado como ele irá acontecer:

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2008, p.2).

O aluno com deficiência deve frequentar a sala de aula comum em período regular, para que assim como os demais alunos possa se desenvolver os conteúdos ministrados em sala por meio do professor titular, além de frequentar a sala de recursos multifuncionais.

Quando o aluno com deficiência passa a frequentar a sala de aula regular e ter seu atendimento do mesmo modo a todos os alunos, é também oportunizado todo ganho de desenvolvimento pessoal, cultural e social, no qual todo ser humano tem direito, igualando-os aos demais.

Além do atendimento oposto ao horário de aula, em centro especializado ou preferencialmente em sala de recurso multifuncional da escola regular, o Atendimento Educacional Especializado deve:



- Apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;
- Disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização;
- Oferecer tecnologia assistiva (TA);
- Adequar e produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos;
- Oportunizar o enriquecimento curricular (para alunos com altas habilidades);
- Articular-se com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciam das realizadas em salas de aula de ensino comum (BRASIL, 2008).

Isso se torna possível porque há a Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, uma sala preparada para receber o público-alvo da Educação Especial. Nesta sala há alguns recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva que podem auxiliar o professor na promoção da igualdade e qualidade de ensino. O Decreto 7.611/11 que compete ao AEE destaca em seu Parágrafo 3 e 4, os materiais que compõem a sala de recursos, capazes de atender os alunos que compreende o público-alvo da sala:

§ 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 4º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (BRASIL, 2011. p.2-3).

As salas de recursos são divididas em Sala do Tipo I e Sala do Tipo II e o que vão diferencia-las serão os materiais que irão compor cada uma. Por exemplo, a sala do tipo I, conforme o Programa de Implementação da SRM (2010, p. 11), é composta por materiais como:

Materiais integrantes da sala do tipo I					
Qtd.	Materiais Didático-Pedagógico	Qtd.	Equipamentos	Qtd.	Mobiliários
01	Material Dourado	02	Microcomputado - res	04	Cadeiras
01	Esquema Corporal	01	Laptop	02	Mesas para computador
01	Bandinha Rítmica	01	Estabilizador	02	Cadeiras

01	Memórias de Numerais I	01	Scanner	01	Mesa redonda
01	Tapete Alfabético Encaixado	01	Impressora a Laser	01	Armário
01	Software de Comunicação Alternativa	01	Teclado com colmeia	01	Quadro Branco
01	Sacolão Criativo Monta tudo	01	Acionador de Pressão	01	Mesa para im - pressora
01	Quebra Cabeças - sequencia lógica	01	Mouse com entrada para acionador		
01	Dominó de Associação de Ideias	01	Lupa Eletrônica		
01	Dominó de Frases				
01	Dominó de Animais em Libras				
01	Dominó Tátil				
01	Alfabeto Braille				
01	Kit de Lupas Manuais				
01	Plano Inclinado - Suporte para Leitura				
01	Memória Tátil				

Já a Sala do Tipo II, é composta por todos os materiais que são pertencentes a sala do tipo I, com o aditivo de materiais para o alunado com deficiência Visual, sendo esses itens o que deixa claro o tipo de sala. Os materiais acrescidos na Sala do Tipo II (2010, p.12) são:

Materiais Acrescido para formar a Sala do Tipo II	
Quantidade de itens	Equipamentos e Materiais Didático-Pedagógico
01	Impressora Braille - pequeno porte
01	Máquina de datilografia Braille
01	Reglete de Mesa
01	Punção
01	Soroban
01	Guia de Assinatura
01	Kit de Desenho Geométrico
01	Calculadora Sonora

Com relação justamente as pessoas direcionadas ao Atendimento Educacional Especializado, o público a quem esse se destina, são, segundo o Decreto nº 7.611/11, "pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação." (BRASIL, 2011).

Por fim, utilizando-se ainda das contribuições do Decreto acima destacado, o AEE tem por objetivo,

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

**IV** - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Assim, tais informações ressaltam o caminho por onde deve a escola trabalhar, quando se considera essa área, da mesma forma que indica o caminho por onde deve ser guiado o conhecimento.

O AEE se compreende como fomentador do acesso às necessidades, para o desenvolvimento do aluno, precisando para isso estabelecer alguns pontos primordiais para o seu próprio desenvolvimento e existência, como por exemplo, a realização de estratégias que assegurem o acesso e permanência dos alunos, o desenvolvimento de recursos quando necessário, a avaliação da eficácia do atendimento na relação existente entre sala de aula comum e sala de recurso.

### *2.2.2 O Atendimento Educacional Especializado e o Projeto Político Pedagógico*

No tópico anterior foi exposto a respeito das características que compete o AEE, como seus objetivos, função, público-alvo, etc., porém não foi destacado sobre como este deve se estabelecer dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, colocando-se então, como objetivo deste momento do estudo. Para isso, é necessário saber um pouco sobre o PPP da escola, no tocante a sua definição e importância.

Segundo Corte (2016, p.21) o PPP:

é o documento que reúne as ideias e decisões assumidas pela comunidade escolar, relacionadas às opções educativas e à organização da escola, sendo o instrumento que vai definir a identidade da escola e as finalidades educativas para o seu funcionamento.

Nessas condições, o PPP se caracteriza como a essência da escola, caminho pelo qual se desenvolverá o conhecimento dos alunos. Assim, “é, ao mesmo tempo, processo e produto, porque, com base no ponto de partida, sinaliza o caminho a ser percorrido e aonde se chegará”. (COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC, 2016, p.6).

Por essas questões, o Projeto Político-Pedagógico é constituído de extrema importância, pois

estabelece os valores que orientam a ação educativa, as ideologias e a discussão do contexto local, nacional e internacional. Retrata as

ideias e os desejos da comunidade escolar em relação à escola, permitindo escolhas coletivas para a melhor educação de todos. (CORTE, 2016, p. 23)

Para realização do PPP de uma escola é muito importante que todos estejam inseridos nessa construção, toda comunidade. Se faz necessário estar presentes professores, gestão escolar, coordenadores, alunos, familiares, todos os atores que edificam a escola.

Todos devem tomar decisões a respeito do que melhor se encaixa para realidade da escola, porque são sobre estes indivíduos que as abordagens tomadas são efetivadas. Visto que, cada escola é única, com sua realidade e cultura. Então, nada melhor do que os próprios componentes da escola para falarem sobre eles próprios.

Dessa maneira, como o PPP está relacionado com a finalidade educativa e sua realização conjunta, estabelecendo as características do contexto escolar, assim também deve estar as peculiaridades a respeito dos alunos público-alvo da Educação Especial. O que permite a discussão a respeito do Atendimento Educacional Especializado dentro do PPP da escola.

De acordo com o Decreto nº 7.51/2011, o atendimento educacional especializado

deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011, p.1).

Ou seja, o AEE também deve estar dentro do projeto central da escola, que é o PPP. Nele, também deve estar todas as motivações que se quer, a respeito dos alunos público-alvo da Educação Especial. Deve-se reconhecer onde eles estão, mas principalmente onde eles devem chegar. É a partir desse momento que deve se ter a consciência de apostar sobre esses sujeitos, no sentido de planejar conhecimentos que farão deles cidadãos autônomos, sujeitos de direitos e iguais, mediante uma educação de qualidade.

Ao corpo escolar, por meio do projeto político pedagógico, cabe também realizar o monitoramento e a avaliação dos acontecimentos do AEE, decorrente ao longo do ano.

O PPP prevê ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns, ações de monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, bem como recursos necessários para a confecção destes. (ROPOLI, 2010, p.1).

Além disso, no PPP também prediz os acontecimentos de melhoria, como as “condições para manter, melhorar e ampliar o espaço das salas de recursos multifuncionais, [...] a previsão de outros tipos de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados pelo professor do AEE ao aluno.” (ROPOLI, 2010, p.1), o que pode facilitar no planejamento individual do professor.

Segundo a Resolução nº 04/2009, a institucionalização da oferta do AEE, para fins de sua organização, deve estar no PPP, prevendo:

- I** – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II** – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III** – cronograma de atendimento aos alunos;
- IV** – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V** – professores para o exercício da docência do AEE;
- VI** – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII** – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009).

Com relação a tal comportamento, Sousa e Lustosa (2016, p.3) argumentaram que isso identifica que o conjunto da escola tem em vista a diversidade que a permeia, se comprometendo em trabalhar com e pela escola. Com isso, a sistematização AEE integrado nesse contexto é mais do que uma burocracia, é a legitimação do compromisso em favor de uma educação para todos.

Com essa atitude a escola assume o seu papel enquanto instituição social, provendo a inclusão, demonstrando isso por meio dos seus projetos na medida em que valoriza o público-alvo da Educação Especial no seu plano curricular.

Por fim, utilizando-se ainda das palavras de Sousa e Lustosa (2016, p.11),

A escola precisa incorporar o AEE como parte integrante do processo de escolarização dos alunos atendidos e desenvolver um trabalho colaborativo para que as ações desenvolvidas pelo professor na sala de recursos multifuncionais se reflitam na participação exitosa do aluno na sala regular.

Isso favorece o comprometimento também com as pessoas público-alvo da Educação Especial e o compromisso daquilo que está instituída por lei, comprovando mais uma vez a importância da posição no PPP.

### *2.2.3 O professor do Atendimento Educacional Especializado*

A escola, para as pessoas público-alvo da Educação Especial, representa a luta pela liberdade, não apenas restringida ao conceito da palavra, como também a igualdade de direitos. Isso porque a permanência dessas é legitimada com a lei. Como se sabe, a escola vem acolhendo essas pessoas e as inserindo em seu dia a dia. Mas, não significa dizer que há uma verdadeira inclusão.

Segundo Silva e outros pesquisadores (2015, p.2),

Embora haja avanços na postura das escolas em relação ao processo de inclusão, ainda se percebe na prática educativa, atitudes e ações que são verdadeiras barreiras a essa perspectiva inclusiva, perspectiva esta que garante a equidade das possibilidades de aprendizagem a todos.

O que indica que por mais que haja a inserção das crianças, jovens e adultos, nas salas da aula, já de forma efetiva, não há uma inclusão onde ocorra uma permanência na escola. Sobre essas questões são lançadas várias afirmações nas quais os motivos que levam a tal acontecimento são, como por exemplo, a falta de preparo das escolas e sobre tudo dos professores, com falta de estratégias, formação, incentivo salarial, entre outros.

Seja o professor da sala regular ou professor do AEE, os dois possuem importantes papéis, pois estão ligados diretamente ao desenvolvimento educacional pelo qual os educandos devem ter como fonte de conhecimento. Como neste tópico está se tratando sobre "O professor do Atendimento Educacional Especializado", é necessário conhecer um pouco mais de quais são as atribuições deste professor.

"Sendo a prática pedagógica uma das maiores barreiras enfrentadas, se faz necessário acreditarmos nas possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, contrapondo-se a pedagogia da negação" (SILVA; OLIVEIRA; AGUIAR, 2015, p.2), que está na escola, mesmo com os alunos público-alvo da Educação Especial fazendo parte do cotidiano escolar. Para isso algumas atribuições são dadas ao professor sobre qual rumo tomar e a partir daí traçar o caminho da sua prática pedagógica, permitindo assim lançar sobre os alunos uma educação de qualidade. Sobre isso será exposto sobre a formação do professor do AEE e suas atribuições.

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado destacam que "para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada." (BRASIL, 2008, p.4). Ou seja, é necessário o conhecimento prévio a respeito dos saberes que permeiam a prática pedagógica de um professor, o que será necessário para realização de atividades e avaliações como professor do AEE.

Ainda segundo as Diretrizes, são funções do professor:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e



de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

- Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (BRASIL, 2008)

A Resolução nº 04/2009, também compartilha das mesmas atribuições estabelecidas nas Diretrizes, na medida em que proporciona a articulação entre setores dentro da própria escola, pois, segundo o seu **Art. 9º**:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009)

Como foi possível observar, o professor do AEE é responsável por diversas tarefas, sobre tudo aquelas que estão ligadas a visão de como a pessoa com deficiência irá ser vista. É dever do professor, como vimos a pouco, não apenas identificar, mas também produzir e organizar serviços, além de recursos pedagógicos que permeiam o conhecimento. O que dá plenos poderes para apostar no aluno com deficiência, deixando de fazer apenas sua inserção social, para também de fato, a verdadeira inclusão. "Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais." (MACHADO, 2008, p. 72-73 apud ANJOS e SILVA, 2012).

Ainda nas palavras de Silva e colaboradores (2015, p.5),

No Atendimento Educacional Especializado o professor deve trabalhar atividades que facilite a quebra de barreiras de como lidar com o saber em geral. Pois é necessário que se estimule o aluno com deficiência a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor, desafiando-o a enfrenta-los.

Atitudes que levam esses sujeitos a ultrapassarem sua situação de pessoas passivas, para ativas, capaz de compreender os saberes que estão presente na vida escolar e cotidiano. Essas questões tratam e coprovam toda importância que estão intrínsecas sobre o quão é importante o papel do professor do AEE, pois mostra que



estão na mão do professor uma parcela de possibilidade de inclusão e criação de um sujeito autônomo.

O professor do AEE leciona na Sala de Recursos Multifuncionais, atua como facilitador do conhecimento, no intuito tornar este compreendido. Sendo assim, na perspectiva de uma educação inclusiva, cabe ao professor "criar condições para que os alunos superem a situação atual vivenciada pela realidade social e também pelas condições orgânicas ou transtornos provocados por patologias de ordem sensorial, intelectual, comportamental ou física". (OLIVEIRA, 2015, p.14)

Para Oliveira (2015, p.14), pensando nos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, cabe também ao professor "identificar e conhecer as suas competências, os recursos e as estratégias de ensino que proporcionam a sua aprendizagem, de forma a superar ou compensar os comprometimentos existentes.". Só assim o professor terá uma série de aparatos para exercer sua função.

Como podemos observar, muitas são as atividades realizadas pelo professor do AEE para que as pessoas com deficiência possam ser atendidas adequadamente, iniciando o compromisso desde o projeto pedagógico até a ponte feita entre escola, família e comunidade. O que dá margens para falar que o professor é apenas um fio da rede que completa a escola e a faz tornar verdadeiramente inclusiva. Demonstrando em suas funções que o este tem o poder de facilitar a vida do aluno, mas de fato incluir, será apenas com o todo. Todos, tendo a capacidade de ver a deficiência de forma real e entendendo o que de fato acontece a cada situação, entendo que isto é um dever de todos.

## 2.3 AS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA SALA DO AEE

### *2.3.1 O desenvolvimento de estratégias na Sala do Atendimento Educacional Especializado*

As escolas atuais são desenvolvidas sobre um novo contexto, nas quais, um dos fatores primordiais está em fazer a inclusão das pessoas com deficiência. A permanência das pessoas com deficiência nas escolas trouxeram mudanças em todas as instâncias que constituem o corpo escolar, sobretudo em sua parte estrutural. Esses sujeitos passaram fazer parte da educação.

Foi entendido que a deficiência não estava mais no aluno, mas sim nas barreiras encontradas ao seu redor. Dessa maneira, surge a carência de um ensino de qualidade, que venha suprir as necessidades educacionais, superando as barreiras que limitavam o desenvolvimento dessas pessoas.

As escolas precisaram passar por uma série de modificações, onde nesse novo contexto, devem ter mão de obra qualificada, professores com formação para áreas específicas, como Libras e uma sala direcionada para o Atendimento Educacional Especializado. O que altera, por conseguinte, o pensamento padrão a respeito de um ensino único, capaz de atender a todos.

Ao assumirmos uma perspectiva inclusiva também nos responsabilizamos por modificações da escola, promovendo, principalmente, a alteração de elementos que tradicionalmente têm sido essenciais como a padronização e a homogeneização do ensino baseados em critérios subjacentes de universalidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. (GONZÁLEZ REY; MITJÁS MARTINEZ, 2017 apud CHAVES; ROSSATO, 2019, p.4)

Com esse entendimento é necessário falar um pouco sobre a diferença existente da sala de aula comum, para a sala de recursos multifuncionais. Pois é com a perspectiva de uma singularidade no processo de aquisição do conhecimento que é gerida a criação da segunda sala mencionada. Isso porque, se observarmos nas leis que gerem a Educação Especial, iremos constatar que com a sala de recursos multifuncionais são abertas as portas para um novo direcionamento com relação ao entendimento de ensino e conhecimento, características necessárias para esse novo conceito que institui a educação inclusiva.

Segundo Frantiozi (2014, p. 18), “a interação do aluno com seus pares na classe comum fazem dele um agente participativo que contribui ativamente para a constituição de um saber compartilhado.” A sala de aula comum vem proporcionar aos alunos com deficiência esse saber compartilhado, cunhados em meios teóricos institucionalizados, o saber acadêmico. O aluno sai da individualidade para socialização.

Já com relação a sala de recursos multifuncionais, esta tem por objetivo proporcionar o atendimento dos alunos público-alvo da Educação Especial, a fim de ultrapassar as barreiras educacionais, através da adaptação de conteúdos, com recursos, materiais e referências que favoreçam a autonomia e apropriação do

conhecimento destes. A sala de recursos vem oferecer o suporte a sala de aula comum, não a substituindo.

É no AEE que são desenvolvidas estratégias de ensino que levem os alunos público-alvo a permanência na escola, vista a sua funcionalidade. É também com a presença do AEE que se percebe a diversidade existente, no sentido de quando se trata da forma de apreender conhecimentos, um aluno é diferente do outro independentemente da deficiência. A partir disso, o desenvolvimento de estratégias surgem com o objetivo de facilitar os desdobramentos da prática pedagógica tida pelo professor do AEE, tendo para cada aluno um modo específico para o fazer pedagógico.

Assim cabe ao professor do AEE, desenvolver estratégias que vise a superação da dependência dos seus alunos, com propostas que valorize antes o interesse pelo aluno. (GUERO; PISKORZ; MIGLIORANZA, 2013) O uso dos jogos podem ser uma boa aposta para que o conhecimento possa ser introduzido, pois este permite passar não apenas saberes de cunhos acadêmicos, como também de valores sociais.

Segundo, ainda sobre a concepção das mesmas autoras, no caso das crianças com deficiências intelectuais, a utilização dos jogos

Possibilita ao aluno com deficiência intelectual construir o aprendizado de acordo com seu ritmo e suas capacidades. O aprendizado se torna significativo associado à satisfação e ao sucesso, consequentemente melhorando sua autoestima, diminuindo a ansiedade e proporcionando ao aluno participar das atividades com maior motivação. (GUERO; PISKORZ; MIGLIORANZA, 2013, p.41)

As atividades desenvolvidas no AEE, além de estarem ligadas ao interesse do aluno, também deve ter ligação a motivação do professor e como estes veem os seus alunos. Não apenas o professor, mas a equipe técnica deve estar receptivos, disponíveis e abertas às mudanças, ao mesmo tempo em que se coloca disponível e se dispondo a experiência (ROPOLI, 2010).

Para Ropoli (2010, p.14)

o reconhecimento de que os alunos aprendem segundo suas capacidades não surge de uma hora para a outra, só porque as teorias assim afirmam. Acolher as diferenças terá sentido para o professor e fará com que ele rompa com seus posicionamentos [...].

O professor então rompe com sua prática centrada na disciplina de forma hegemônica e parte para acolhida dos seus alunos. Isso muda e motiva a ação do professor, ele está desprendido para trabalhar com seus alunos.

Outra estratégia que pode ser utilizada pelo professor é a observação, pois é por meio dela que o mesmo poderá identificar as facilidades e desafios da compreensão e conhecimentos do aluno. A partir daí, podendo utilizar um dos recursos que auxiliam os professores na mediação, que é o Plano de AEE, no qual terá subsídios sobre a melhor forma de trabalhar. A partir do plano, será definido "o tipo de atendimento para o aluno, os materiais que deverão ser produzidos, a frequência do aluno ao atendimento, entre outros elementos constituintes desse plano." (ROPOLI, 2010, p.24) O que proporciona a sua prática, saber qual, por onde e em qual caminho chegar.

Em uma pesquisa feita por Tenor e Deliberato (2016), que teve por objetivo descrever estratégias de mediação em atividades de conto e reconto de histórias para alunos surdos, foram constatadas algumas outras estratégias que podem ser traçadas pelo professor do AEE. Os participantes da pesquisa foram duas professoras, uma da educação infantil e outra do ensino fundamental, como também dois alunos surdos.

No entendimento de que o professor da educação especial não está ligado apenas uma área específica, este passa a trabalhar conforme as necessidades educacionais dos alunos, tendo compreensão disso, os alunos surdos também são contemplados na sala de AEE e por isso os professores devem ter estratégias que permitam trabalhar com esse público também.

As autoras identificaram no estudo cinco categorias e subcategorias de análises, na qual duas delas tratam justamente de estratégias de comunicação da mediadora, com a linguagem oral e comunicação bimodal e dos recursos apoiados nos sistemas gráficos: suplementares e alternativos de comunicação, com demais recursos, como fantoches, dedoches, máscaras e fantasias dos personagens utilizados durante a dramatização dos contos de histórias. A primeira traz justamente modalidade de comunicação que foi usada pelas professoras e a segunda o tipo de recurso usado para a contação de história.

A linguagem oral atua como um artefato de comunicação pelo qual o mediador consegue lançar estratégias de maneira narrativa para o conhecimento, até chegar ao aluno, visto que, "no contexto escolar, as histórias atuam como

instrumentos favorecedores da interação entre o aluno e professor, mas, principalmente, como um recurso pedagógico importante no processo de ensino e aprendizagem [...]”. (PONSONI, 2010 apud TENOR; DELIBERATO, 2016, p. 690).

Com relação aos recursos que também podem ser tidos como estratégias para o trabalho do professor com o aluno, que trazem as autoras, esses podem ser as pranchas de comunicação alternativas com imagens, para representação de histórias contadas na pesquisa. O uso desses recursos proporcionam ao aluno perceber de forma concreta o que acontece na história, ao mesmo tempo em que serve de apoio para o professor como estratégia pedagógica, pois auxilia a contação onde pode ser encontradas imagens e palavras, atendendo a todos os alunos, inclusive os com deficiência auditiva, como é o caso dos alunos da pesquisa.

Além desses recursos e estratégias, não cabe ao professor do AEE ficar apenas em sua sala de recursos. As estratégias precisam ser revistas e recriadas, pois nem sempre o que você consegue trabalhar com o aluno indica que será da mesma forma com outros. As desenvolvidas no estudo de Tenor e Deliberato, junto às professoras e alunos, atingiram o objetivo de ensino a que se propuseram, mas nada indica que as mesmas estratégias e recursos serão fim para o mesmo trabalho com outros alunos da mesma escola.

É preciso que o professor tome consciência do que está ao seu redor para isso, percebendo que o conhecimento pode ser dado fora das paredes da sala do AEE, como uma simples visita aos arredores da escola, com uma aula de campo, a visita a instituições especializadas que proporcionam a rede de apoio, capaz de suprir necessidades que a escola não tem.

A troca de experiência entre professores é outra forma de estratégia. Com essa atitude se pluraliza o conhecimento e vivências, na medida em que fortalece os professores nos objetivos de sua prática, pois há um compartilhamento e coletividade. Acrescenta-se a isso também a formação, é a partir dela que há aquisição do conhecimento específico a esta área da educação. É através da formação que o professor se fundamente e faz da sua prática uma base firme e consistente, sobre quais melhores decisões tomar a respeito da sua função e sobre quais caminhos trilhar.

Por fim, esse pensamento deve vir no tocante de uma escola inclusiva, que disponha como um dos seus principais objetivos uma educação de qualidade e para

todos, desde a concepção de cidadão que deseja formar, instituído no seu Projeto Político Pedagógico as suas práticas diárias, onde se realizarão tal idealização.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Comparar a percepção do professor do Atendimento Educacional Especializado acerca da sua prática pedagógica e de uma prática pedagógica idealizada.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar o planejamento do professor direcionado ao aluno público-alvo da Educação Especial;
- Analisar a realidade encontrada na sala de AEE.

## 4 MATERIAL E MÉTODO

### 4.1 QUANTO AO TIPO DE PESQUISA E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa científica é realizada com objetivo de compreender a respeito de um determinado fato presente na sociedade, utilizando na sua realização instrumentos que garantam a fidedignidade do que a pesquisa desejou conhecer. Logo, isto pode ser observado nas palavras de Gil (1999, p. 42), quando relatou sobre a pesquisa, na qual esta se caracteriza como “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Já para Lakatos (2003, p.153) a pesquisa "é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." Assim, cabe a toda pesquisa, para o comprometimento com a sua veracidade, se embasar em técnicas e métodos científicos que favoreçam e fortaleçam a apuração daquilo que se deseja saber. Diante disso, a pesquisa realizada tem por objetivo contribuir com a prática pedagógica docente, na medida em que busca analisar a percepção do professor do Atendimento Educacional Especializado acerca da sua prática pedagógica e de uma prática pedagógica idealizada.

A partir disso, quanto a sua abordagem, a pesquisa será qualitativa, na qual o

“pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo.” (GODOY, 1995 SILVA; MENEZES, 2005 apud FREITAS; JABBOUR, 2001, p.9).

Nesse contexto, Gerhardt e Silveira (2009, p.34) também discutiram um pouco sobre a pesquisa qualitativa, enfatizando que esta "não tenta controlar o contexto da pesquisa, e, sim, captar o contexto na totalidade, enfatiza o subjetivo como meio de compreender e interpretar a experiência."

Já com relação aos procedimentos, a pesquisa envolveu um Estudo de Campo, que para GIL (2008) procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades



do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Com isso, esta pesquisa buscou conhecer a relação existente entre o fazer pedagógico e o idealizado de uma professora do Atendimento Educacional Especializado, a fim de compreender a realidade que permeia sua prática ao mesmo tempo em que se conhece o desejado, ou seja, um caso específico de pesquisa. Com isso, indo ao encontro com o explicado por Gil sobre a definição de Estudo de Campo. Ação que poderá embasar estratégias metodológicas que estejam ligadas as atividades desenvolvidas no AEE.

#### 4.2 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual de ensino de João Pessoa-PB. Por motivos éticos, o nome da escola e demais dados que possam identificá-la serão preservados. A escola é composta por uma equipe multidisciplinar, abordando o Ensino Fundamental I, no período da manhã e tarde. Já a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), é aplicada no turno da noite.

A escola atende alunos do bairro onde está localizada e comunidades adjacentes, com idades que vão dos 06 aos 12 anos. Leva-se em consideração a disponibilidade da escola em oferecer a educação básica a nível fundamental assim, como também, a EJA, que prioriza a educação para pessoas Jovens e Adultas, com variação de idades que vão dos 15 aos 60 anos. Além disso, ainda conta com uma sala Polo do Atendimento Educacional Especializado.

O que motivou a realização da pesquisa na escola descrita, foi o fato desta ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e também por ter a presença do professor responsável pelo AEE. Esses fatores concatenam com o foco do trabalho, o qual está em analisar não apenas a realidade como também o ideal do AEE.

#### 4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado da escola preterida. A professora possui Licenciatura

Plena em Pedagogia, com cursos de formação para o Atendimento Educacional Especializado, além de outra formação em Ciências Contábeis. A educadora foi escolhida como participante da pesquisa, pelo contato mantido através de Estágios Supervisionados, um dos componentes curriculares do curso de Pedagogia, que visa fazer a união entre teoria e prática, proporcionando um ambiente e experiência pedagógica.

Em adição ao exposto, outro ponto relevante foi pelo fato de que a professora exerce estreita ligação com as atividades realizadas do AEE, o que facilitou a coletas de dados para pesquisa. A pedagoga atende na Sala de Recursos dois dias durante a semana no período da manhã e da tarde. O Atendimento Educacional Especializado é feito em consonância com outra professora, que também atende na mesma escola, polo da região, que a professora considerada da pesquisa. Abaixo segue uma tabela com demonstrativo sobre os horários de atendimento do AEE, assim como os dias de planejamento. Com a finalidade de proporcionar melhor compreensão, a professora participante da pesquisa será representada, na tabela, como de professora A1 e A2 a professora que alterna com a ela:

Horário do Atendimento Educacional Especializado					
	Dias da semana				
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	<u>A1</u>	<u>A2</u>	<u>A1</u>	<u>A2</u>	<u>Planejamento</u>
Tarde	<u>A1</u>	<u>A2</u>	<u>A1</u>	<u>A2</u>	

Além da coleta de dados, a familiaridade da professora com o tema da pesquisa possibilitou também a catalogação dos dados, o que a coloca como fonte principal para obtenção dos dados da pesquisa já que nada melhor do que sua prática e anseios para fornecer os dados da pesquisa. Portanto, existindo uma relação entre o que se propõe a pesquisar e a causa da pesquisa.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Como instrumentos reservados para essa pesquisa, foram utilizados para coleta de dados a Observação Simples e uma Entrevista semiestruturada. Segundo Lakatos (2002, p.222), a observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.”

Anteriormente à realização da observação e da entrevista, foi apresentado à professora o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde se destacou informações a respeito da pesquisa, esclarecendo acerca do objetivo do trabalho. A professora assinou e concordou em participar da pesquisa.

Contudo, a observação utilizada foi a Observação Simples, constituindo-se como “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator.” (GIL, 1999, p. 101). Nas palavras do mesmo autor, por mais que a observação assim conferida seja realizada de maneira casual, esta pode ser categorizada a partir de um plano científico, tendo em vista a sua extensão indo além da constatação dos fatos que deseja observar. O tempo de duração das observações, foram de três horas.

Outro procedimento de coleta de dados foi a Entrevista Semiestruturada, caracterizada como “um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.” (GERHARDT; ILVEIRA, 2009, p.72) O roteiro de entrevista foi desenvolvido contendo 28 questões e subdivida em duas etapas, mas realizada em visita única e individual com a professora do AEE.

Na primeira etapa da entrevista, encontram-se as informações de cunho acadêmico, sobre idade e sexo. Por outro lado, na segunda, informações a respeito da realidade e idealizado da professora do AEE. Ainda sobre a segunda etapa da pesquisa, essa também foi subdividida em 4 blocos norteadores, são eles: Sobre o planejamento; Sobre o ensino e sua metodologia; Sobre os Alunos e, por fim, Sobre a idealização. Para Manzini (2003, p.18), a divisão das perguntas em blocos temáticos “podem auxiliar o entrevistador na finalização da coleta para aquele conceito a ser pesquisado.” Isso facilita formulação dos resultados da pesquisa, pois

de forma indireta traça o caminho por onde se estenderá a pesquisa, fortalecendo seus objetivos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo da pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados e discussões obtidos na pesquisa, por meio de entrevista semiestruturada feita a professora do AEE em uma escola estadual do município de João Pessoa. O capítulo será dividido em dois grandes temas: a realidade do atendimento educacional especializado e o ideal desse atendimento por parte da professora.

O primeiro tema tratará a respeito da realidade que se estabelece na sala de recursos, contemplando o planejamento, ensino e metodologia e sobre o aluno do AEE, que se constituirão como subtemas. Os temas serão subdivididos em tópicos que tratarão sobre os blocos norteadores do roteiro de pesquisa já mencionado. O segundo tema se restringe ao ideal do atendimento educacional especializado. Nesse momento será abordado sobre como o professor de AEE idealiza o atendimento, como o professor vê esse atendimento.

### 5.1 A REALIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

#### 5.1.1 *Sobre o Planejamento do AEE*

Como a entrevista foi utilizada como base para análises dos dados, sendo o aporte para os resultados e discussões, a primeira pergunta da entrevista referente a esse subtema, planejamento, foi elaborado a fim de saber como este era realizado pela professora no Atendimento Educacional Especializado.

Quando se fala em planejamento, subtende-se que estamos falando em uma lógica sistemática pré-estabelecida. O planejamento se corrobora como um ato de traçar projetos no sentido de viabilizar uma ordem no futuro, tendo em vista o que se deseja planejar. É um plano, uma projeção, o que não quer dizer que seja rígido, esse está passível a revisões e aprimoramento.

Na escola esse se constitui como um aporte para o que se deseja ensinar, sobretudo para qual aluno que eu desejo formar. Se pensarmos em uma escola com perspectiva de educação inclusiva é por meio deste que tudo vai acontecer, pois é

através de instrumentos como PEI (Planejamento Educacional Individualizado) e do Plano do AEE (Atendimento Educacional Individualizado), que as pessoas com deficiências também podem ser vistas. Com essa visão podemos prever a importância que se tem no planejamento educacional requeridos na sala de recursos, visando a promoção do aluno enquanto autor do seu conhecimento.

Com base nessa discussão, a professora fala sobre como é feito o planejamento do AEE, podendo ser visto logo abaixo em suas palavras.

Então a gente recebe... a escola recebe a criança todo início de ano. Então é feita uma observação pela professora principalmente aqueles que são novatos, né? Todo o início é assim. Então ela faz um encaminhamento para a gente junto com o laudo. Nós colhemos o laudo e logo após esse encaminhamento a gente chama a família, faz uma série de perguntas para poder fazer um estudo de caso da criança e logo em seguida, do estudo de caso, nós fazemos o plano do AEE com os objetivos que queremos alcançar. Dependendo da criança ao longo do ano ou por bimestre e as atividades que serão desenvolvidas. Então tudo isso é o estudo de caso. Aí toda semana nós fazemos [...] (professora do AEE)

Observa-se que a professora desenvolve o planejamento do AEE, utilizando para isso os instrumentos necessários para reconhecer de fato as necessidades educacionais dos alunos que frequentam a sala de recursos multifuncionais. É possível ver que a professora leva em consideração o fato de conhecer o aluno a quem atende e procura saber de modo mais profundo qual a sua história.

Para isso, desenvolve o estudo de caso, que segundo Hassler (2017, p.15867) é por meio deste que o professor “irá contribuir para o desenvolvimento do seu trabalho na construção do conhecimento com esse aluno, pois irá valorizar suas particularidades através de metodologias específicas e próprias aplicadas a ele.” Fator que auxilia na construção do seu segundo instrumento, para o planejamento, que é o Plano de AEE.

É por meio do Plano do AEE que contribuições podem ser feitas, a fim de que o aluno público-alvo tenha o devido desenvolvimento das suas necessidades através de aspectos intelectuais, cognitivos e também sociais, contendo neste instrumento enfoques como objetivos, metas, assim como estratégias, com o intuito de garantir a evolução do aluno (HASSLER, 2017).

Além disso, o relato da professora demonstra uma ligação com o que está estabelecido em lei, pois vai ao encontro com o art. 9º da Resolução nº04/2009, quando destaca:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.(BRASIL, 2009)

A lei demonstra a extrema necessidade da articulação feita entre a escola, famílias e redes de apoio, como é o caso dos Hospitais ou Unidade de Saúde da Família - USF. Esta parceria completa para o atendimento, de forma a conhecer os alunos e suas especificidades.

Outra segunda questão sobre o planejamento, foi a respeito do seu período de realização, a fim de saber com que frequência é feito o planejamento do AEE. Sobre isso a professora destacou que:

Então a gente faz toda semana o planejamento individual de acordo com o estudo de caso. Então, se a criança precisa de coordenação motora fina e atenção, aí a gente faz uma aula de atenção, uma aula de coordenação motora fina e esse planejamento é semanal. (Professora do AEE)

Conforme o relato é possível perceber que é feito, a partir de um estudo de caso, um planejamento individual, onde se procura ver as especificidades dos alunos, para que então seja desenvolvido os recursos necessários para o processo de ensino e aprendizagem destes que frequentam essa sala do AEE. Ao mesmo tempo, com essa atitude, a professora efetiva uma das tarefas mais importantes, que deve ser desenvolvida para o atendimento educacional especializado, que é a realização do PEI, como também o Plano do AEE. A constituição desse documento é tão necessária que está presente nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, um dos principais documentos que regem a educação especial. No **Art. 10**, inciso **IV**, as Diretrizes destacam que na oferta do AEE, com sua institucionalização deverá ser previsto o Plano de AEE, no qual, este identifica as necessidades educacionais específicas dos alunos público-

alvo, além de definir recursos e atividades que serão desenvolvidas com aluno. (BRASIL, 2009)

Ao fazer isso, a professora também chega a um tocante que deve ser realizado em toda prática pedagógica, que seria a revisão dos conteúdos norteadores para cada aluno, pois ao mesmo tempo em que planeja atividades direcionadas, para cada semana de atendimento, a professora faz uma análise do que já desenvolveu, do que o aluno desenvolverá. Com isso, ela consegue observar onde o aluno conseguiu chegar, onde ele está e onde ele deve ir. Porque se a professora planeja semanalmente as atividades, automaticamente desenvolve de forma processual uma avaliação dos alunos, fator essencial, devido sempre estar analisando os conteúdos e recursos que irão auxiliar na aprendizagem do aluno.

A flexibilização do conteúdo é outro fator que está atrelado de forma implícita ao planejamento. A professora, quando ela observa os conteúdos para traçar as atividades e recursos, ela também adequa esses instrumentos a criança, vendo o que ela precisa ou não, fazendo assim uma prática baseada nos conhecimentos do aluno. O que revela um comprometimento com a individualidade do aluno, indo ao encontro do que defende Tanús-valadão e Mendes (2018, p. 7), conforme as palavras de Giné e Ruiz (1995).

A partir da base do que está especificado ou previsto no planejamento educacional, os estudantes PAEE podem se beneficiar das diferenciações curriculares individualizadas, cujo objetivo é otimizar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem e as avaliações desses estudantes.

Outro questionamento sobre o planejamento da professora teve como objetivo saber se as atividades feitas na SRM faziam parte do Projeto Político Pedagógico da escola, relatando a professora que

Sim! Temos que fazer parte. Temos que fazer parte, inclusive eu fiz até um projeto porque dentro do projeto político pedagógico... esse ano a gente tem um chamado PIP, que é o Projeto Interno. Então esse PIP... é... nós, eu e a minha colega, fizemos em torno da inclusão. Então a gente já apresentou duas vezes aos pais. Fizemos uma apresentação no dia da família e agora porque de dois em dois meses a gente tem aqui na escola o que agora é feito aos sábados. É... um dia da mobilização. Então as crianças vão fazer brincadeiras e vão fazer um simuladinho e os pais vêm também são que convidados. Então a última agora nós fizemos o slide sobre inclusão. O que era inclusão. Explicar para os pais sobre a inclusão. Fizemos

um slide, cantamos uma música, fizemos uma [...] Acolhida a gente faz o café da manhã para eles. Fizemos... ficamos uma hora e meia com eles e eles adoraram. Entenderam o que era inclusão. Porque às vezes a criança chega em casa diz: oh, mãe aquele autista que deu um grito, que num sei o que, que extravasou. Então a gente vai explicar pra eles qual era a necessidade da participação e da conversa deles e da aceitação dessas crianças na escola. Então eles adoraram pelo menos assim, e falaram, deram a opinião deles, falaram sobre as palavras-chaves, sobre o que era inclusão. Foi ótimo. Eles adoraram essa parte. [...] (Professora do AEE)

A fala da professora indica que há uma integração entre o Atendimento Educacional Especializado e o PPP da escola, seguindo uma das atribuições que compõe o então projeto escolar, que é definir através deste a visão do aluno que faz parte da escola. As afirmações da professora estão de acordo ao que discute Sousa e Lustosa (2016), quando as autoras relatam que é de suma importância a conexão de ações que envolvam educação especial e comum, a favor da inclusão para as pessoas com deficiência. As mesmas autoras destacam ainda que sendo a escola um espaço formador do conhecimento e construtor social, realizam a elaboração dos seus projetos mediante suas concepções, as guiando sobre a visão de mundo e, sobretudo a respeito do homem.

Assim, segundo a articulação realizada através da atitude da professora, esta dissipa o caráter de uma educação na perspectiva de uma educação inclusiva, pois introjeta através do Projeto Político Pedagógico da escola, as concepções do mundo e do homem como discute Sousa e Lustosa. Além disso, conseguindo alcançar aquilo que destaca o currículo escolar formal e oculto, aquele “que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar.” (MOREIRA, 2007, p. 18) Com isso, proporciona a transmissão do conhecimento acerca das pessoas com deficiência, levando os pais e alunos a compreenderem mais, a fim de quebrar as barreiras do preconceito que pode se estabelecer.

### *5.1.2 Sobre o ensino e sua metodologia*

Na sala de AEE a função do professor diz muito sobre os meios que devem percorrer seu ensino e metodologia, tendo em vista as atribuições dessa modalidade de ensino que desenvolve a educação especial. O professor do AEE tem por função não apenas de elaborar, como também de identificar, fazer a produção e



sistematização de recursos e serviços, mediante a necessidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Como o AEE direciona o público que deve frequentar a sala de recursos, sendo eles, pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, alunos com transtornos globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, o professor desenvolve as atividades e suas respectivas atribuições já destacadas no referencial teórico, segundo as características de cada tipo de deficiência que esteja presente no AEE.

Nesse momento o professor necessita lançar e buscar estratégias tendo em visto o desenvolvimento do aluno em todos os campos da sua vida, como no campo da escola enquanto instituição social ou educativa. Para isso, e antes de tudo, é preciso que o professor do AEE entenda a importância e competência da sua função, levando em consideração que seu lugar na escola é fruto de uma conquista de direitos, que por muito tempo foram negados aos alunos com deficiência a essas pessoas. De forma implícita, estará também junto a isso a visão do professor em relação ao aluno. Sendo assim, o professor irá romper uma das barreiras mais difíceis em relação as pessoas com deficiência que é a atitudinal, conseguindo assim levar o aluno a seu desenvolvimento, assim como sua aprendizagem. a aprendizagem do aluno.

Dessa maneira, o professor do AEE terá uma prática centrada nos alunos, apostando em seu potencial, os promovendo a cada nível de seu desenvolvimento, segundo suas singularidades. Diante do exposto, foi assim questionado a professora participante da pesquisa, sobre os tipos de atividades que esta desenvolve na sala de recursos, na qual relata que,

Aí são atividades motoras, atividades... dependendo do estudo de caso de cada uma, né? Tem a psicomotora, tem só motora, tem a socialização, tem afetiva porque tem crianças que necessitam desse contato direto, então a gente estimula para que ele seja... Que ele receba bem o carinho e a afetividade dos outros. (Professora do AEE)

O discurso da professora revela uma gama de atividades que vislumbram as áreas de desenvolvimento das Funções Psicomotoras Superiores, como memória, atenção, raciocínio, percepção e linguagem, assim como as áreas psicomotoras, que destacam o esquema corporal, lateralidade, postura e coordenação motora

global e também a fina, tendo por fim a afetividade, contribuindo para as questões socioemocionais, interação e autonomia (HASSLER, 2017)

O autor supracitado contribuiu afirmando ainda que o Plano de AEE, através da organização e execução de atividades com fundamentos nas áreas de desenvolvimento e de conhecimento destacadas anteriormente, busca levar ao aluno sua autonomia e aprendizado (HASSLER, 2017), indo ao encontro com os objetivos do Plano de AEE, no momento em que a professora estabelece os tipos de atividades desenvolvidas na SRM. Há uma correlação entre os tipos de atividades desenvolvidas pela professora e aquelas que têm por objetivo o plano de AEE, demonstrando efetivação entre os conteúdos norteadores e práticas desenvolvidas pela professora.

Outra questão selecionada nesse subtema da pesquisa foi a respeito da elaboração de recursos pedagógicos para atender os alunos, a professora discorreu: Sim. A maioria aqui como você viu, a gente tem muito material já pronto, mas também temos... fabricamos... coordenação principalmente, coordenação motora fina a gente faz muito. E também de atenção e concentração, a gente faz alguns joguinhos, uns são descartados outro ficam e a gente vai utilizando, né? Mas a gente tem bastante recurso já pronto. Porque assim... foram recursos que foram o MEC que mandou e professora do AEE de muitos anos aqui, ela tinha muito cuidado com isso. (Professora do AEE)

Como é possível observar a professora desenvolve recursos que percorrem a mesma linha dos tipos de recursos, onde busca trabalhar coordenação, atenção, concentração, indo de acordo com o objetivo do plano do Atendimento Educacional Especializado anteriormente citado. Devido a isso a professora assegura o que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, precisamente no seu art. 59º ao afirmar que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 2013)

Assegura também o art. 3º do Decreto nº 7.611/11, quando este dispõe sobre o atendimento educacional especializado dizendo que são objetivos do AEE:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo

com as necessidades individuais dos estudantes; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2011)

A partir disso é possível perceber a relação entre teoria e prática no ensino e metodologia da professora, podendo ser exemplificadas através das atividades desenvolvidas na sala com os alunos e também por exemplos em seu discurso abaixo.

O alfabeto com tampinhas, né? Porque ele... a coordenação motora fina. Eu comprei desde o início do ano pegador de roupa, aí eu vou, coloco aqui o cordão, e tem o alfabeto que também aqui a gente fez. [...] uma das confecções, tem também o da tampinha [...] É que a gente tem tantos jogos, tantas coisas já pronta, tem... a maioria também Fotocópia, pega palito de fósforo, de picolé, é a gente faz muito [...] (professora do AEE)

Ela assim promove experiências educativas, das quais necessitam os alunos da sala que é responsável, trazendo algo sempre mediante aquilo que o aluno necessita como deve ser feito. Com isso ela consegue criar atividades que visem o aprimoramento do conhecimento dos alunos, saindo da lógica dos jogos que são parte dos recursos que já estão dentro dos materiais que tem o AEE.

Para fechar esse subtema, a pergunta em questão direcionada a professora, foi sobre como é realizada a avaliação do AEE. Assim como o planejamento está presente no dia a dia da escola, revelando onde o aluno está e onde deverá chegar, a avaliação também é outro aspecto que deve se destacar. Isso porque é diante dela que será possível saber sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A visão de avaliação por muito tempo esteve centrada na verificação, por instrumentos que visam a obtenção de notas ou conceitos que representam o conhecimento adquirido pelo aluno. Hoje, tal constatação não se restringe unicamente a esse conceito, pois há inúmeras contribuições de autores, como Luckesi, falando sobre uma avaliação integral do processo de ensino e aprendizagem, que considere todas as influências do processo educativo.

Em vista disso, “avalia-se para conhecer e compreender a dinâmica existente entre todas as variáveis em que circunscrevem o aluno, objetivando-se a melhoria das respostas educativas, [...]” (BRASIL, 2006, p. 16). Com isso a avaliação ocorrerá desde o processo de aquisição do conhecimento do aluno, até as práticas

desenvolvidas pelo professor, podendo ser feita uma análise da posição tanto do docente quanto do discente. Os indicadores sugeridos devem servir como elementos que permitirão conhecer as potencialidades, as condições de desenvolvimento e as possibilidades do aluno, numa abordagem qualitativa.

Sobre a avaliação, a participante da pesquisa argumenta que esta é realizada a partir de um relatório bimestral ou semestral e um relatório final, submetido a consenso entre as professoras da sala comum e AEE, no momento em que acontece o conselho escolar, que é bimestral.

Nós fazemos um relatório, dependendo do caso, é esse relatório pode ser bimestral ou semestral, porque também depende do estudo de caso. Quando a gente percebe uma criança que tem dificuldade maior, é, e a gente vai levar mais tempo pra conseguir aquele objetivo, então a gente faz semestral. Se houver a necessidade como eu disse a você, se houver a necessidade a gente faz um relatório final solicitando para que ele seja retido ou então aprovando ele pra próxima etapa, isso junto com a professora da sala regular, a gente conversa. Que a gente tem o conselho escolar, né? Por bimestre. Então na hora do conselho chega "fulano", terceiro ano, quem é atendido? "Fulano", atendido por quem? Aí a gente fala, a professora fala aí a gente entra no consenso, daí a gente coloca no relatório, daquele bimestre: o aluno evoluiu em tal, o aluno está estacionado, ele ainda está em processo [...] (Professora do AEE)

Através do relato da professora foi possível perceber que ela compreende uma prática avaliativa qualitativa e colaborativa. A partir disso a professora estabelece um vínculo junto as suas atribuições no AEE. Ela coloca em prática uma das indicações posta pela Resolução nº 2/2001, a qual institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Essa Diretriz salienta em seu art.6º algumas recomendações sobre: "Para a das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem." (BRASIL, 2001).

Por outro lado, seu relato demonstra uma avaliação inconsistente, sem substâncias, para os alunos da educação especial. Tendo em vista o seu carácter processual, as avaliações devem ser pautadas em várias possibilidades, como por exemplo, por meio da observação do aluno, das suas produções, da metodologia adotada ou recursos pedagógicos empregados, como também através do que o

aluno aprendeu a fazer ou não (BRASIL, 2009). Assim o professor terá subsídio na sua prática pedagógica avaliativa, a fim de saber a respeito do conhecimento já aprimorado, de sua prática e promoção dos alunos presentes no AEE.

### 5.1.3 Sobre os alunos da SRM

Os alunos que são atendidos na sala de recursos, sala que se institui o AEE, são os protagonistas que caracterizam a educação especial, pois é a partir destes que os estudos designados para essa modalidade de ensino são direcionados. É através da busca da educação das pessoas com deficiência que é instituída educação especial, sendo por meio dela a criação de um viés que possibilitou a inclusão, também na educação. Assim, as pessoas com deficiência, de forma gradativa, passaram a fazer parte da educação regular, estando presente nas escolas e demais instituições de ensino.

Com as diretrizes nacionais (BRASIL, 2001, p.1), citada brevemente, pode-se compreender isso, quando no seu interior ela coloca que o atendimento do público-alvo do EE deve acontecer desde a educação infantil, com garantia dos serviços, “mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.” Assim o Atendimento Educacional Especializado passou ser parte da escola, com função própria, professor e alunos específicos, para essa nova proposta de ensino.

São alunos público-alvo da educação especial, presentes no AEE, as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011; BRASIL, 2009). Na entrevista, na pergunta a respeito de quais alunos participam do AEE, a professora respondeu que são aqueles que possuem laudo e outros com dificuldades na aprendizagem, pois como a escola tem uma baixa demanda de aluno, ela auxilia a professora da classe.

É, tendo laudo a gente recebe esse aluno. Ele é principal né? O primordial e teve laudo não tem como fugir da sala do AEE, é a regra número um, ele tem que ser atendido, a não ser que a mãe não queira, assine um termo de compromisso, dizendo que não quer. Até a gente tem esse termo de desistência também, porque tudo tem ficar documentado. A2: Porque se chegar uma fiscalização o Ministério Público, qualquer coisa: cadê os alunos que tem laudo? E esse, esse não está

atendendo porque? Porque a família assinou um termo, dizendo que não quer que ele seja atendido aqui, porque tem terapia fora ou por qualquer outro motivo né? Mas, ela tem que justificar e assinar, então teve laudo é atendido. Como eu disse a você, como a gente é uma escola pequena, que tem um índice baixo, menos de 150 alunos, então a quantidade de laudos. Mais nós somos polo aqui no bairro, então a gente tem uma aluna da UFPB, da creche, que a FUNAD mandou procurar aqui pelo bairro e temos dois alunos do - outra escola do bairro que está o AEE - lá não tem sala de AEE, então eles vem pra cá ser atendidos também, aí como a gente atende cinco alunos por manhã e a gente te duas vezes por semana, então a gente tem... eu posso atender 10 alunos e minha colega 10. Como vinte alunos, não é, não tem vinte alunos com laudos, então a gente encaixa alguns que tem essa dificuldade de aprendizagem e a gente auxilia as professoras, pra melhorar a atenção, né? O déficit de atenção, né? Melhorar a concentração lá, né? E a parte assim... Auxiliar elas para que eles sejam melhores alfabetizados. Vê né, o contexto? Mais, a prioridade é laudo. Teve laudo tem que vir pra sala do AEE. (Professora do AEE)

Outro ponto importante foi a respeito da não matrícula desses alunos no AEE, falando a professora que quando isso não acontece é por decisão da família. A família assina um documento que comprova essa desistência do atendimento dos alunos no AEE, sendo deles a inteira responsabilidade. A docente ainda destaca os tipos de deficiência presentes no atendimento, o que revela que escola põe em prática o que está em vigor.

Hoje a gente tem 4 autistas, um PC, né? E são 4 mentais leve, que junto com o mental leve tem outras coisinhas, mas o básico é isso, mental leve.(Professora do AEE)

É possível identificar que a professora busca atender os alunos público-alvo da Educação Especial presentes na escola, fazendo seu atendimento na sala de recursos. Busca auxiliar a professora da sala de aula comum, atendendo também os alunos que possuem dificuldades na aprendizagem. Em vista disso, o atendimento educacional é colocado em prática, exercendo o direito do seu público-alvo.

## 5.2 A IDEALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

### 5.2.1 Sobre a Idealização

A Educação Especial, como já vimos nas palavras anteriores, instituiu o AEE e por meio desse as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação passaram a ser assistidos na escola. A partir disso muito foi se pensado a respeito, sendo criadas políticas públicas para que chegasse ao que se tem hoje. Foi pensada sua função, objetivos, público-alvo, foi pensado nos profissionais para ser direcionado para atender público-alvo, foi pensado também na formação que deveria ter tais profissionais, porém não foi pensado sobre a situação real em que as escolas se encontravam.

Foi esquecido em como o professor possui vários desafios e uma nova realidade passou a fazer parte da realidade escolar. Não é perguntado aos professores, segundo a sua realidade, sobre seu ideal de Atendimento Educacional Especializado. O professor passa por várias inconstâncias para poder fazer o atendimento, como por exemplo, a falta de preparo para inclusão, a falta de comunicação entre o corpo pedagógico, a falta de materiais, de apoio financeiro. Dessa maneira é importante saber um pouco, como seria o atendimento educacional ideal, mediante a realidade do professor. Em relação ao que seria o AEE, a professora participante relata:

É porque as pessoas confundem esse atendimento com reforço, nós não somos reforço, nós somos uma ponte entre a sala a sala do AEE e a sala regular. Nós fazemos essa ponte, auxiliamos os professores, exclusivamente a parte pedagógica, pra que a criança evolua dentro da sala regular. Então, todas as nossas atividades é exclusivamente pedagógica, nós não somos fono, como eu já disse, fisioterapeutas, psicólogos, não somos nada disso, Somos apenas a parte pedagógica. Então, nossas atividades são todas voltadas pra aprendizagem. Então, a gente faz essa ponte com a professora. Então a professora tá dizendo que o aluno é déficit de atenção, angustiado, então nós trabalhamos com jogos, com quebra cabeça, com diversas situações pra poder melhorar a atenção dele em sala de aula. Então, eu posso até trabalhar com caça palavras, porque eu posso fazer jogos de escrita, se ele sabe eu uso o caça palavras, eu uso o jogos dos sete erros, pra poder ele melhorar [...] Mas a gente auxilia dessa forma, mas eu não entro no conteúdo dela, não vou pro conteúdo dela, agora a gente vai de acordo com o conteúdo dela. Se ela tá dando sinônimos, antônimos, aí a gente vai no caça-palavras, de palavras semelhantes. Agora, a gente não entra no foco como ela



entra lá, a gente só faz essa ponte, pra quando ele chegar lá ele ter entendimento do que é que ela tá falando e centrar mais no assunto, né? (Professora do AEE)

É observado que a professora compreende a função do AEE, pois faz sua diferenciação entre atendimento educacional especializado e o reforço escolar, entendendo que sua função está em auxiliar a professora de sala de aula indo de acordo com o seu conteúdo, sendo as atividades voltadas a aprendizagem do aluno.

Para Alencar e colaboradores (2016, p.6) é o Atendimento Educacional Especializado quem

organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para a efetiva participação dos alunos com necessidades especiais de forma articulada com a escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum.

Já para Falcone e Silva (2014, p. 5-6) o AEE possui função educacional, trabalhando o saber específico do aluno, contrário da escola que destaca o saber global, garantindo diversas formas de encontro ao conhecimento. Assim, o aluno vivencia os conhecimentos através de várias estratégias, como os recursos e ampliam seu arsenal de conhecimento. Isso legitima as informações dadas pela professora, trazendo a confirmação de um atendimento que expressa estar de acordo com autores que discutem sobre o assunto, mostrando a similaridade do seu conceito, com as das autoras mencionados. O que permite observar coerência nas palavras da professora.

No que se refere em quais alunos a professora acreditava que deveriam ser atendidos no AEE, ela responde que estes alunos devem ser aqueles que tiverem laudo. Novamente destaca sua função pedagógica, através de um modo diferenciado que é fazendo a utilização de jogos e materiais alternativos ao de sala de aula. Foi observada também a compreensão por parte da professora a respeito da sua função.

Os alunos que tiverem laudos, né? Porque, mesmo um disléxico tenha laudo, a psicopedagoga atende para fazer a correção do problema dele e nós reforçamos a parte pedagógica aqui. Porque as vezes o disléxico, além de disléxico, ele tem um déficit de atenção, então a gente vai tentar corrigir com jogos, com as coisas e a professora lá, tenta corrigir essa dislexia dele, né? (Professora do AEE)



Segundo Guero e colaboradores (2013, p.19) “para a aprendizagem, o conhecimento do desenvolvimento da atenção permite ao educador criar condições para motivar e propor atividades que despertem o interesse dos alunos.” Possibilita assim, chegar no objetivo desejado, sendo os jogos, um tipo de recurso pedagógico que permite trabalhar atenção.

Outro ponto observado na colocação da professora foi a respeito da importância da colaboração entre os profissionais especializados e os professores da sala do AEE, salientando que:

O ideal seria isso, essa ponte, esse conjunto. Por isso que muita gente procura a FUNAD, porque lá tem o psicopedagogo, lá tem o psicólogo, lá tem o fono, né? Eu tenho uma aluna aqui que tem uma dificuldade enorme no L com o R, e eu não sou fono. Ela sabe ler, mas na hora de pronunciar ela tem essa dificuldade. Mas, aí eu já falei pra mãe, mais aí já outro caso. A questão da mãe que... a família... (Professora do AEE)

Os serviços de apoio podem ser caracterizados sob diversos enfoques, por ser um serviço que oferece suporte adequado aos professores e aos alunos, ele é indispensável para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem. (FONSECA, 2016, p.2) São esses serviços também que dão suporte ao AEE, pois pode ser feita uma proposta integrada nas áreas dessa modalidade, a favorecer o aluno público do AEE.

O suporte com serviços especializados podem fazer toda a diferença na sala de recursos, pois se essa não oferecer determinado suporte necessário, por falta de infraestrutura ou qualificação necessárias, as redes de apoio podem participarem do Atendimento Educacional Especializado de modo a auxiliar o aluno fora desse campo da escola.

Além do público-alvo, outro questionamento foi sobre como a professora achava que deveria ser o planejamento para o AEE. A professora responde que o planejamento deve ser feito semelhante ao que ela faz semanalmente, com dois encontros, um com todas as professoras e outro apenas as professoras do AEE, ela e sua outra colega. Assim é observado que a professora sente a necessidade de fazer o planejamento com frequência, demonstrando uma análise diante da sua própria prática pedagógica ao revisar conteúdos programados através do Plano de AEE, para os alunos aos quais atende.

Bem, como a gente faz aqui exatamente, tem essa rotina de fazer toda sexta feira, juntos só nós duas... porque nós fazemos na terça feira com as professoras. Então, a gente escuta, conversa, é a hora que a gente conversa, discute que faz a ponte. E na sexta feira de manhã temos aquele momento, eu e ela só, aí ela passa tudo... por isso que eu sei de todo mundo, porque ela passa tudo que faz pros meninos e eu passo tudo pra ela. (Professora do AEE)

A outra observação é quanto a colaboração em sua prática, nas suas duas falas com quando se trata do planejamento a professora ressalta a interação entre ela e outra professora que atende na sala de recursos, além das professoras da sala de aula comum. Isso supõe uma prática compartilhada podendo ela enxergar mais dos alunos e multiplicar saberes, pois a troca de informações media essa prática realizada pelas professoras no ato do planejamento.

E a gente vai e começa a selecionar: fulaninho, vai fazer isso aqui... que eu já fiz o planejamento dele... que fulaninho disse que ele tá precisando melhorar nisso, ele já ultrapassou essa fase aqui, então vamos agora pegar o estudo de caso dele, vamos agora centrar mais nessa outra fase. Aí a gente faz nosso planejamento, que é... Que tá tudo aqui feito, exatamente duas vezes por semana, tudo aqui... R, que tá fazendo aqui, então esse aqui é desse semestre já, os atendimentos dele, isso aqui a gente faz na sexta feira, depois de ter conversado na terça feira com as professoras, a gente faz uma semana de antecipação. (Professora do AEE)

Saber das barreiras, que impedem e impossibilitem o desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial, é uma atitude imprescindível para que se efetive uma educação inclusiva (POKER et al. 2013) Essa atitude reflete no planejamento quando visa conhecer quais motivos não deixa os seus estudantes progredirem. E por isso se faz necessária a ação de planejar

É observável que a professora é coerente com o que está no Programa de implementação de sala de recursos multifuncionais, quando traz no seu Anexo I, as instruções de como o AEE deve estar posto no PPP da escola. No documento em seu tópico 6.4, o programa disponibiliza que

c) Plano de AEE: identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; planejamento das atividades a serem realizadas; avaliação do desenvolvimento e acompanhamento dos alunos; oferta de forma individual ou em pequenos grupos; periodicidade e carga horária; e outras informações da organização do atendimento conforme as necessidades de cada aluno; (BRASIL, 2010, p.20).

Ainda sobre o ideal, foi perguntado também a professora sobre quais atividades deveriam ser dadas no AEE e como deveria ser a avaliação. A professora relata que se deve trabalhar com bastantes jogos, incluindo quebra-cabeça, damas, xadrez, dominó, alfabeto móvel.

A gente trabalha com jogos, a gente trabalha com alfabeto móvel, muito alfabeto móvel, né? Porque nesses jogos tá incluído dama, xadrez, dominó, esse jogo do cai-cai que é muito bom que a atenção deles, tá envolvendo também jogos silábicos, jogos com, com... porque a gente tem muita atividade com sílabas aqui, né? Tá incluído quebra- cabeça, nesses jogos está incluído tudo isso, jogos matemáticos, é..., jogos para coordenação motora fina. Tem muita coisa aqui que quando a gente fala: jogos, aí dependendo da criança e do objetivo que a gente tem, a gente vai selecionando para eles, né? E, além disso, a gente trabalha também com... dependendo... tudo depende da criança, né? Com livros, com... como é que tá aqui meu Deus? É... porque até aquele ali do alfabeto é um jogo também, né? Com pintura, com desenho, a gente trabalha com tangram. Tangram também é um jogo, né? A gente trabalha aqui também, recorte, colagem, tudo isso... com revistas, jornais. Tudo depende da criança e do assunto e do que a gente quer alcançar. (Professora do AEE)

É verificado que a professora utiliza os materiais recomendados para serem utilizados no AEE, tendo novamente como base sua prática, expressando-se no seu relato acima. Para Soares (2016, p.11), “O professor do AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos, provendo recursos e conhecimentos que os apoiam na participação no ensino comum.” Ou seja, quando a professora se utiliza de recursos, ela além de mediar a aprendizagem, contribui também para que o conhecimento seja de fato efetivado, pois lança instrumentos para isso.

Esses instrumentos podem também auxiliar ao professor no planejamento e avaliação da sua prática, pois é por meio deles que o professor do AEE desenvolve os objetivos estudados para os alunos. O material seja ele pronto ou adaptado, tido como recurso, direciona o que o professor pretende encaminhar para o aluno, então saber qual material deve ser direcionado para o aluno é de extrema importância para o professor.

Já em relação a acerca de como deveria ser a avaliação é observado que a professora, assim como nas demais indagações sobre o ideal do AEE, toma como exemplo seu lugar enquanto docente. Dessa maneira a professora relata que a

avaliação é feita em conjunto entre as professoras e que é realizado um relatório bimestral, semestral e anual sobre o aluno.

Nós fazemos essa avaliação em conjunto, junto com a professora mais uma vez porque nós somos essa ponte. Então a gente conversa com a professora todo bimestre, todo o planejamento e tudo isso a gente já sabe. Você viu... você mesmo ouviu a professora dizendo, "tô botando em prática aquilo que você sugeriu ontem". Então toda essa ponte é feita semanalmente. Agora, dependendo do caso a gente tem uma, uma... um relatório bimestral, semestral e anual conjunto com a professora. Ela quem vai dizer pra a gente, vai dar o nosso feedback. Como é que tá? Tá vindo? Você viu evoluir? Porque às vezes a professora de sala regular ela tem que dar conta de 23 alunos. Então aquele aluno como esse que a gente atendeu aqui, dá muito trabalho. Ela às vezes não percebe a evolução dele, mínima, que é já um degrauzinho que ele subiu, mas às vezes ela está tão envolvida com outras coisas que não percebe. Então, precisa a professora do AEE chegar lá e dizer ou conversar ou perguntar, dizer assim: ele fez isso? Não... ele fez. Oh! Eita! Ele organizou melhor o caderno, né? Eita! Ele agora realmente tá menos... sendo menos suspenso ou menos trabalho no recreio. (Professora do AEE)

É observado que a troca de informação entre as professoras envolve aspectos que contribui para o desenvolvimento do aluno e das próprias professoras, atitudes que fazem toda diferença no seu cotidiano. O aluno ele passa ser melhor compreendido e assim dar respostas positivas, sendo observado para que sua aprendizagem possa acontecer, pois quando se observa é dado a oportunidade de ver o contexto real e ao vivo de como as coisas acontecem.

Para Camargo e Sarzi (2013, p.1943) ao avaliar os alunos com NEE, e registrar esta através do parecer pedagógico, proporciona que as singularidades desses possam ser amplamente e melhor visualizadas no âmbito da educação comum, assim contribuindo para seu processo de inclusão escolar. Olhar as singularidades é compreender o processo. O que se evidencia nessa forma de avaliação "possibilidades de reflexão sobre a relação e/ou comunicação entre professor e aluno, favorecendo mudanças de atitudes, visando ao aperfeiçoamento e à construção de metodologias mais próximas das possibilidades de aprendizagem dos estudantes." (ANACHE; RESENDE, 2016, p.574).

Em outro trecho do discurso da professora é possível compreender a visão do entendimento do seu papel enquanto professora da sala de recursos, pois percebe a

importância da observação na sua prática. A professora, além disso, identifica as especificidades presente nos alunos da educação especial, vendo sua evolução nas pequenas coisas. É possível notar pela fala da professora que esta parte do princípio das possibilidades do aluno, observa o que ele conseguiu e ver nisso o importantíssimo trabalho

Eu não vou querer que a minha filha autista que não fala seja alfabetizada até o final do ano, mas se ela consegue já sentar e escutar o que a professora diz, já é uma evolução. Se ela ficava 15 minutos e agora ficou meia hora dentro da sala, já é uma evolução. Mas aí você vê J. mais fora do que dentro. Sim, mas ela só ficava 15, agora fica meia, daqui a pouco ela vai ficar uma hora, né? Daqui a pouco... ela já tem foto dela aqui numa fila, que ela não ficava em fila. Ela já tá em fila. Que essa cuidadora, que é essa menina que entrou aqui é a cuidadora dela. Já manda ela ficar na fila esperando e ela já faz. Coisa que ela não fazia antes. E isso é uma evolução pedagógica que a gente precisa conversar e dizer: Oh, ela fez... Ah é mesmo! Entendeu? Aí essa ponte que a gente faz direto com o professor é importante por conta disso. Porque nós percebemos a gente ter um olharzinho mais aguçado porque a gente tá atendendo ele aqui individual e ela atende o conjunto. Aí quando a gente abre... ah! Eita é mesmo! Ele evoluiu nisso, né? Eita, é mesmo! Graças a Deus! Então vamos melhorar essa outra parte aí. A gente vai trabalhando essa mais essa outra parte, pra poder ela ver uma evolução melhor na sala, né? Porque tudo depende do laudo, depende... o autismo são três níveis de autismo, cada um pode ser leve, moderado, severo. Então tudo isso vai pesar muito, né, na evolução e nas atividades que a gente vai fazer. (Professora do AEE)

Nesse contexto, a avaliação tem sido empregada com a finalidade de diagnosticar, planejar e verificar o desempenho acadêmico do aluno, com observância ao que ele conseguiu aprender em seu percurso acadêmico. (ANACHE; RESENDE, 2016, p. 574).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual é a representação de direitos conquistados através de muita luta, entre os sujeitos dessa sociedade destacam-se as pessoas com deficiência, que passaram a ser vistas e reconhecidas. O reconhecimento e a percepção de sua existência levou ao mundo reconhecer sua parcela plural e diversa, tendo este que se adaptar a um novo paradigma. O novo paradigma que se estabelece tende a compreender o outro como seu semelhante, que todos somos iguais e o que nos torna diferente são sim as barreiras dissipadas de múltiplas maneiras onde existimos.

A inclusão e permanência na escola são mais um exemplo desse conhecimento plural e diverso, no sentido de reconhecer a necessidade que os alunos público-alvo da EE fazem parte desse contexto também. Devido a isso, a criação de aparatos que façam com que essas pessoas progridam e seja reconstituído todo tempo perdido de um desenvolvimento reprimido é de grande merecimento. Assim saber mais sobre a relação existente entre a realidade do AEE e a idealização deste foi o objetivo comum para o desdobramento da pesquisa, proporcionando os resultados e discussões anteriores.

Em vista disso, foi possível compreender que a professora da sala do AEE de uma escola Estadual de João Pessoa, media sua prática levando em consideração o que está vigente na legislação, pois faz uso dos instrumentos necessários para colocar em prática o fazer pedagógico dessa modalidade de ensino que é a Educação Especial, por meio a SRM. Ao fazer isso, a professora assegura o comprometimento de sua função enquanto professora da sala de AEE e caminha de acordo com os pressupostos que defende uma educação inclusiva e de qualidade, os quais estudaram e perceberam o melhor caminho para que se efetivasse o desenvolvimento desses alunos.

Além disso, percebe-se que a professora leva em consideração as especificidades e particularidades dos alunos que atendem, pois constrói suas estratégias de ensino mediante o que foi observado e relatado sobre estes educandos. Com isso ela promove o desenvolvimento a partir de conteúdos flexíveis, personalizando o aprendizado, desenvolvendo-o de acordo com a criança.

Outro fator de suma importância no fazer pedagógico da professora, que foi possível considerar, está na sua mobilização de tornar a inclusão como um dos projetos desenvolvidos na escola, envolvendo escola e comunidade. A professora busca pluralizar os conhecimentos a respeito da deficiência para que todos saibam suas especificidades e assim desempenha um papel formador, para que não só o corpo pedagógico, mas os alunos e as famílias possam ter atitudes inclusivas. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade consciente.

A pesquisa apontou também que a professora disponibiliza, sobretudo, condições de acesso e subsidia o desenvolvimento desses alunos, colocando em prática suas atividades não deixando de desempenhar ou negar a sua função. Quando faz isso, a professora proporciona ao aluno o seu pleno desenvolvimento, possibilitando conhecer, explorar e, sobretudo, vivenciar experiências impossíveis de serem tidas, quando não estando na escola.

Por fim, é existente uma relação entre o real e o idealizado, conforme os dados relatados pela professora. Foi percebida a base de sua experiência enquanto docente da sala do AEE no tocante ao ideal desse mesmo atendimento, pois a professora toma como base suas atribuições como base para suas respostas. Isso proporcionou a compreensão de que ela conhece as necessidades educacionais que os alunos público-alvo da Educação Especial devem superar, tendo consciência e realização do que deve ser ministrado no AEE.

Diante disso, a professora tem conseguido trabalhar em prol do desenvolvimento dos alunos que frequentam a sala de recursos, atendendo suas necessidades educacionais, além de fornecer os aparatos pedagógicos para isso, mediante um trabalho colaborativo.



## REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach; RESENDE, Danielly Araújo Rosado. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 21, n. 66, 2016. p. 569-591.

ALENCAR, Débora do Nascimento et al. **Educação Inclusiva, Política Educacional e Direitos Humanos: uma reflexão sobre a legislação brasileira**. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, Natal: Editora Realize. 2016. p. 12.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 207-218, 201.

**Disponível em:** <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

ANA, Claudia Tenor; DÉBORA, Deliberato. Estratégias de mediação para o conto e reconto de histórias para alunos surdos. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria. v. 29, n. 52, p. 681-694. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17172/pdf> Acesso em: 24 de Agosto de 2019.

ANJOS, Meire Aparecida Mendes dos; SILVA, Luciana de Araújo Mendes; **Breve Resumo do Itinerário Histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2012.

BATALHA, Denise Valduga. **Um Breve Passeio pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. In CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, IX. Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, p. 1065-1077, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de Janeiro de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da pessoa com deficiência**). Brasília: Senado Federal, 2015. 65 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: 14 de jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 21 de Março de 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 10 agosto de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Legislacao/Federal/Decreto\\_n%](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Legislacao/Federal/Decreto_n%207611)



C2%BA\_7611\_171111\_Educa%C3%A7%C3%A3oEspecial.pdf Acesso em: 15 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192)>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 04, de 2 de Outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, na modalidade educação especial**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 08 de Agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacional da Educação Especial para o Atendimento Educação Especializado na Educação Básica**. Ministério da Educação. 2008. 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 15 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 2006. 2 ed. 92 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CAMARGO, Renata Gomes; SARZI, Luana Zimmer. **Parecer pedagógico como instrumento de avaliação na atuação do professor de educação especial**. In Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Curitiba. 2013.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira de; A educação especial nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. Horizontes. **Revista de Educação**, Dourados, MS. v.3, n.6, p. 34- 48. 2015.

CHAVES, Marlene Pereira; ROSSATO, Maristela. A dimensão subjetiva da aprendizagem em estudantes com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria. v. 32. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36893/36893> Acesso em: 24 de Agosto de 2019.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla. **Projeto político-pedagógico: entre políticas, conhecimentos e práticas educacionais**. São Leopoldo. Editora Oikos, 2016. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Projeto%20Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico%20E-BOOK.pdf> Acesso em: 22 de Jul. 2019.

CEDAC, Comunidade Educativa. **Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar**. São Paulo. Fundação Santillana, 2016. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A825408697301540BF15A707F0D> Acesso em: 22 de Jul. 2019.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. V. 6, n. 11, p. 65 - 77. 2009.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias de trabalho para alunos com Deficiência intelectual AEE - Atendimento Educacional Especializado AEE**, 2016. Disponível em: <https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf> Acesso em: 12 de Set. 2019.

FONSECA, Mara Rubia dos Reis. Atendimento educacional especializado (AEE): Serviço de apoio/sala de recursos na concepção inclusiva. In: Seminário Nacional de Educação Especial e Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. **Anais**. Vitória - ES: Periódicos da Universidade Federal do Espírito Santo, p. 877-881. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza. Universidade Estadual do Ceará, 2002. Apostila.

FREITAS, Wesley R. S. JABBOUR, Charbel J.C. **Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégias de Pesquisa Qualitativa: boas práticas e sugestões**. Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FRANTIOZI, Silvana Aparecida. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE Produções Didático-Pedagógicas - Caderno Pedagógico. 2014. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unicentro\\_ped\\_pdp\\_silvana\\_aparecida\\_frantiozi.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_silvana_aparecida_frantiozi.pdf) Acesso em: 24 de Agosto de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, Tatiana Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUERO, Marcia Giacomini; PISKORZ, Regina Celis Gadens; MIGLIORANZA, Sigmar Jeanne. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do**

**Professor PDE Produções Didático-Pedagógicas** - Caderno Pedagógico. 2013.

Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_unicentro\\_edespecial\\_pdp\\_marcia\\_giacomini\\_guero.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_edespecial_pdp_marcia_giacomini_guero.pdf) Acesso em: 24 de Agosto de 2019.

HASSLER, Márcio Luís. O Planejamento no Atendimento Educacional Especializado. In: CONGREÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, XII. Curitiba. **Anais**. p. 15862-15874, 2017.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar**. In: GÓES, Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduep, p. 11-25, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 48, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2019

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. A ação avaliativa na área da deficiência intelectual: entre imprevistos e incertezas. **Revista de Educação Especial**, v. 31, p. 981-994, 2018.

OLIVEIRA, Naira Maria da Silva. **O Professor do Atendimento Educacional Especializado: Atuação e Representações Sociais**. Brasília. 2015.

PAIVA, Jane; BARBOSA, Maria José; FERREIRA, Windyz Brazão. **EJA & DEFICIÊNCIA: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed, v. 12009.

POKER, Rosimar Bortolini et al. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: Oficina Universitária, p. 184, 2013.

Prefeitura Municipal de Passo Fundo. (2008). **Atendimento Educacional Especializado** [Apresentação]. Passo Fundo-RS: Secretaria Municipal de Educação. Disponível em [http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE\\_Apresentacao\\_Completa\\_01\\_03\\_2008.pdf](http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf) Acesso em: 21 de Ago. de 2019.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial. v. 1, 2010. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A\\_Escola\\_Comum\\_Inclusiva.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A_Escola_Comum_Inclusiva.pdf) Acesso em: 23 de jul. de 2019.

ROMERO, A. P. H.; NOMA, A. K. . **A educação para todos e a inclusão escolar: o que propõem as agências internacionais?** In: Congresso de Leitura do Brasil - COLE. Campinas. Caderno de Resumos e de atividades do 16º COLE, 2007.

SANTOS, Roseli Albino dos; MENDONÇA, Suelene Regina; OLIVEIRA Mercia Cunha. A instituição especializada em tempos de inclusão. **Revista Educação Especial**. v. 27, n. 48, p. 41-52, 2014.

SHIMAZAKI, E. M.; MORI, N. N. R. **Fundamentos da educação especial**. Maringá. v. 1, p. 31-41, 2012.

SILVA, Maria Juscience de Oliveira; OLIVEIRA, Jozenice Fernanda de Paiva; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. **A Importância do AEE E A mediação do Professor na Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Escola**. 2015. Disponível em: [http://www.uern.br/controledepaginas/educacao-atual/arquivos/36783\\_gt4\\_maria\\_juscience\\_de\\_oliveira\\_silva.pdf](http://www.uern.br/controledepaginas/educacao-atual/arquivos/36783_gt4_maria_juscience_de_oliveira_silva.pdf) Acesso em: 08 de Agosto de 2019.

SOUSA, Adriana Ferreira; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **A organização Atendimento Educacional Especializado para alunos com paralisia cerebral: limites e possibilidades para a inclusão**. 2016.

Disponível em:

[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA7\\_ID5662\\_14082016234344.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID5662_14082016234344.pdf) Acesso em: 22 de Jul. 2019.

TANNUS-VALADAO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23, 230076 ed. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230076>.

TONINI, Andréa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Escola Inclusiva: o desvelar de um espaço multifacetado. **Revista do Centro de Educação**. p. 8, 2011.

TREVISAM, Elisaide; DICHER, M. **A Jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. João Pessoa: CONPEDI, v. 1, p. 254-276, 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem, Tailândia: UNESCO, 1990.

## **ANEXO**

## **ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada Senhora,

Esta pesquisa está sendo realizada para o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso pela aluna Fátima Pereira do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo do estudo é “Analisar a percepção do professor do Atendimento Educacional Especializado acerca da sua prática pedagógica e de uma prática pedagógica idealizada”.

Solicito a sua autorização para realizar observações na Sala de Recurso Multifuncional, e ainda, uma entrevista, na qual os dados serão gravados em áudio, para posterior transcrição e análise. Também peço sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso, e em possíveis eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome dos participantes desta pesquisa será mantido em sigilo. Informo que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a saúde destes.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto:

Eu, \_\_\_\_\_ portadora do RG \_\_\_\_\_ declaro que fui devidamente esclarecida, autorizo e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Assinatura da Participante

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Munique Massaro

Endereço (Setor de Trabalho): Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa - PB, CEP 58051-085. Centro de Educação. Departamento de Habilitações Pedagógicas.

Telefone: (19)993428189

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: [eticaccsufpb@hotmail.com](mailto:eticaccsufpb@hotmail.com)

Atenciosamente,

---

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Trabalho de Conclusão de Curso  
Fátima Pereira Marinho

Esta entrevista tem por objetivo auxiliar na realização de um Trabalho de Conclusão de Curso, da estudante Fátima Pereira Marinho, intitulado: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM COMPARATIVO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE**. Para isso, obedecerá a princípios éticos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCE (Anexo), no qual, as informações aqui mencionadas serão estritamente para cunho acadêmico, livre de compartilhamento, estando sobre sigilo absoluto, assim, não sendo necessária sua identificação. A primeira etapa da entrevista encontram-se as informações de cunho acadêmico e na segunda, informações a respeito da realidade do AEE.

### 1ª Etapa:

Sexo:  
Idade:  
Escolarização:  
Especialização:  
Curso de Formação Continuada:

### 2ª Etapa:

#### Sobre o Planejamento

1. Como você faz o planejamento do Atendimento Educacional Especializado?
2. Com qual frequência você faz o planejamento do AEE?
3. As atividades feitas na Sala de Recursos fazem parte do Projeto Político Pedagógico da escola?
4. O que você usa na sala de recursos para guiar as atividades elaboradas para os alunos?

#### Sobre o Ensino e sua metodologia

5. Em que horário ocorre o Atendimento Educacional Especializado?

6. Que tipos de atividades são desenvolvidas na sala de recursos?
7. Você poderia dar exemplos de algumas atividades comuns, feitas entre sala de recurso e sala de aula comum?
8. Você elabora recursos pedagógicos para atender os alunos público-alvo do AEE?
9. Se a pergunta anterior foi positiva, com qual frequência é realizada a elaboração desses recursos?
10. Quais recursos você já elaborou?
11. A sala de recursos multifuncionais possui tecnologia assistiva? Se sim, quais?
12. O AEE elabora trabalhos em outros espaços da escola?
13. O AEE mantém parcerias com organizações fora do ambiente escolar?
14. Como é feita a avaliação dos alunos que participam do AEE?
15. Quais são as estratégias realizadas para que o estudante amplie o seu nível de ensino e permaneça na escola?
16. O que é feito na sala do AEE para que o aluno possa seguir nas etapas de ensino regular?

### **Sobre alunos**

17. Quais alunos participam do AEE? (deficiências)
18. Os alunos do AEE recebem atendimento junto a outras instituições especializadas?

### **Sobre a idealização**

19. No seu entender, o que seria o Atendimento Educacional Especializado ideal?
20. Como você acha que deveria ser o Atendimento Educacional Especializado?
21. Quais alunos você acha que deveriam ser atendidos no AEE?
22. Aonde você acha que deveria ocorrer o AEE?

23. Quais recursos de tecnologia assistiva você acha que deveria existir na sala de recursos multifuncional?
24. Como você acha que deveria ser o planejamento das atividades do AEE?
25. Em sua opinião, quais atividades deveriam ser dadas no AEE?
26. Como você acha que deveria ser a avaliação dos alunos que participam do AEE?
27. No seu entendimento, o que precisa melhorar no atendimento Educacional Especializado?
28. Em sua opinião, quais as dificuldades enfrentadas no dia a dia da sala de recursos?